



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 34 - Nº 671 - DE 21 DE AGOSTO A 4 DE SETEMBRO DE 2022 - R\$ 5,00

Seis Meses de Guerra na Ucrânia

Não há outra via de combater a guerra de dominação a não ser por meio da luta de classes do proletariado e da maioria oprimida contra os capitalistas e seus governos

Todo empenho na campanha do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) pelo fim da guerra na Ucrânia e pelo fim da ofensiva militar dos Estados Unidos e aliados imperialistas à China

A classe operária, a juventude oprimida e a vanguarda com consciência de classe devem exigir que as centrais e movimentos rompam com a carta da Fiesp e Febraban

LUTEMOS FIRMEMENTE PELA INDEPENDÊNCIA DE CLASSE DO PROLETARIADO E DOS DEMAIS EXPLORADOS

Lutemos contra o eleitoralismo burguês, empunhando o programa e o método de luta próprios da classe operária

82

anos do assassinato de Trotsky
(20 de agosto de 1940)

Memória Eterna ao dirigente da Revolução Russa e fundador da IV Internacional



Seis meses da guerra na Ucrânia

A responsabilidade do agravamento da crise recai sobretudo aos Estados Unidos

A guerra na Ucrânia ao contrário de arrefecer, recrudescceu. O acordo de liberação das exportações de grãos da Ucrânia não representou uma distensão, como foi apresentado pelo negociador da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, e o secretário-geral da ONU, António Guterres. Recentemente, os dois negociadores da “paz” se reuniram com o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenski, para discutir como “evitar um acidente nuclear na Usina de Zaporizhzhia”. Pretendem a desmilitarização da área conflagrada pela guerra. Evidentemente, Putin não pôde aceitar, uma vez que os soldados russos teriam de recuar de uma importante posição conquistada logo no início do confronto.

Zelenski aproveitou para exortar o imperialismo a “garantir a segurança” da usina nuclear. É mais do que sabido que a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) é controlada pelos Estados Unidos. O risco dos bombardeios de ambos os lados provocarem uma nova tragédia atômica, como a de Chernobyl, em 1986, de fato, é real. A responsabilidade não será apenas da Ucrânia e da Rússia, mas sobretudo dos Estados Unidos e de sua aliança imperialista.

A guerra se vem prolongando, graças ao financiamento e ao armamento sofisticado recebidos pelo governo pró-OTAN de Zelenski. Há muito ficou clara a estratégia norte-americana de prolongar a guerra o máximo possível para esgotar as condições militares, econômicas e políticas da Rússia. O aumento da capacidade destrutiva dos armamentos recebidos pelas Forças Armadas da Ucrânia tem sido decisivo, como vem sendo demonstrado diante dos ataques sofridos pelas posições russas, não só na região de Donbass como também na Crimeia.

A decisão do Ministério da Defesa da Rússia de enviar aviões carregados de mísseis hipersônicos para Kaliningrado, território localizado entre a Lituânia e a Polônia, também é um indicador de que a guerra recrudescer, em vez de arrefecer e caminhar para uma solução. Essa medida, segundo o governo russo, é uma resposta ao fato da Finlândia e da Suécia decidirem vincular-se à OTAN. A notícia de que esse armamento pode carregar bomba atômica de baixa intensidade reflete a situação em que a guerra na Ucrânia tem por detrás e à sua volta a ofensiva norte-americana de cercar e debilitar a Rússia.

Nota-se que o alerta emitido pelo secretário-geral da ONU, sobre os riscos nucleares da guerra na Ucrânia, não passou de palavreado, uma vez que teve e tem por objetivo afastar as tropas russas da Usina Zaporizhzhia, valendo-se de uma inspeção da AIEA. O risco existe de fato, mas somente será tratado com seriedade se ficar exposta a responsabilidade dos Estados Unidos e aliados.

A inclusão da Finlândia e Suécia na OTAN demonstra a completa despreocupação do imperialismo com o prolongamento da guerra e seus riscos para a humanidade. Não há como, por outro lado, desvincular a escalada bélica na Ásia do que se passa na Europa com a guerra na Ucrânia.

A provocação da visita da presidenta do Congresso dos Estados Unidos, Nancy Pelosi, a Taiwan, foi muito bem planejada, apesar do presidente da República, Joe Biden, afirmar que não a

havia recomendado. Mesmo tendo claro que a aliança da China com a Rússia diante da guerra na Ucrânia era pouca ofensiva à estratégia norte-americana na Europa, Biden não aguardou e não aguarda o fim do conflito para retomar abertamente a investida contra a China. Assim, Taiwan se destacou como mais um dos pontos fundamentais da política de guerra dos Estados Unidos, como tem sido a Ucrânia. A cúpula de Madri, realizada pela OTAN, corresponde a uma escalada militar na Europa e Ásia. A mesma atitude de armar a Ucrânia contra a Rússia, se repete no armamento de Taiwan contra a China.

As tendências bélicas impulsionadas pelo imperialismo são gestadas em meio à guerra comercial. O capitalismo vem sendo sobressaltado de crise em crise. A mais contundente do pós Segunda Guerra Mundial foi a de 2008, cujo epicentro da eclosão se manifestou justamente na maior potência, os Estados Unidos. De lá para cá, os desequilíbrios aumentaram.

Nessas condições, a potenciação econômica da China passou a ser um obstáculo à manutenção da absoluta hegemonia norte-americana, ainda que o processo de restauração capitalista, promovido pelo Partido Comunista Chinês, tenha favorecido às multinacionais. Tanto a Rússia quanto a China têm de ceder aos interesses do capital financeiro e dos monopólios, que se chocam com as fronteiras nacionais que resultaram da partilha do mundo na Segunda Guerra Mundial.

A decomposição internacional do capitalismo não mais permite conservar o equilíbrio de forças, que estabeleceu a nova ordem do pós-guerra. As forças produtivas altamente desenvolvidas estão em franco choque e rebelião contra as relações capitalistas de produção da época imperialista. Em outras palavras, estão mais do que amadurecidas para ceder lugar ao socialismo.

A classe operária e os demais explorados arcam com todo o peso do esgotamento histórico do capitalismo, na forma do desemprego, subemprego, desvalorização da força de trabalho, miséria e fome. As consequências da guerra na Ucrânia sacrificam ainda mais as condições de existência das massas oprimidas. A resistência vem ocorrendo, por meio de greves e levantes. No entanto, ainda são moleculares e não se elevaram à altura de responder à guerra na Ucrânia e à escalada militar na Ásia. Mas, é questão de tempo para que as massas despertem diante dos perigos de uma guerra generalizada.

Não se pode perder de vista que o obstáculo principal responsável pela ausência de um movimento internacional contra a guerra de dominação se encontra na crise de direção. As direções sindicais e políticas, que controlam os organismos dos explorados, se acham completamente adaptadas aos interesses da burguesia e do próprio imperialismo.

Durante esses seis meses de guerra na Ucrânia, o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional tem desenvolvido uma campanha sistemática pelas bandeiras: pelo fim da guerra; desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas; revogação das sanções econômicas e financeiras à Rússia; autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia; Fora os Estados Unidos e OTAN da Ásia!

O que foi e para que serve o dia 11 de agosto

Unidos à burguesia, não se luta contra o golpismo de Bolsonaro

Um chamado aos trabalhadores, à juventude e à vanguarda com consciência de classe

15 de agosto de 2022

Os protestos do dia 11 de agosto, contra as ameaças de Bolsonaro e seus militares, de não respeitarem o resultado das eleições presidenciais, caso Lula vença, foram organizados por entidades do patronato e da classe média. As centrais e sindicatos não passaram de auxiliares. Estiveram à frente do movimento pela “democracia”, a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e Federação Brasileira dos Bancos (Febraban). São duas poderosas forças do grande capital nacional, profundamente entrelaçadas com o capital internacional, imperialista.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT) e União Nacional dos Estudantes (UNE), bem como organizações do tipo Coalizão Negra, se colocaram sob as asas do movimento burguês, que se preocupa com os perigos de uma instabilidade política do País.

O governo de Bolsonaro sucumbiu diante da longa pandemia, da crise sanitária, dos desequilíbrios econômicos e do recrudescimento da miséria e fome que se abateram sobre milhões de brasileiros. Uma grande divisão se abriu no seio do empresariado e dos partidos que comandam o Congresso Nacional, embora se tivessem unido para impor as medidas antioperárias frente à contundência da crise sanitária e seus reflexos brutais na economia, nos empregos, nos salários e nos direitos trabalhistas. As direções sindicais e políticas tudo fizeram para colaborar com o plano de emergência de Bolsonaro e do Congresso Nacional, assumindo plenamente a política burguesa do isolamento social.

Durante dois anos, imperaram as pressões dos governantes e do empresariado, para que a classe operária permanecesse passiva e suportasse o fechamento massivo de fábricas, os acordos de redução dos salários e as demissões em grande escala. A CUT, Força Sindical, UGT e CTB se uniram ferreamente para que os explorados não se revoltassem e rompessem o dique montado pela política burguesa do isolamento social, encabeçado pelo governo do PSDB, de João Doria, em aliança com a maioria dos governadores.

Sem organização independente, sem um programa próprio e sem a mobilização coletiva, a classe operária e os demais explorados suportaram duros golpes em suas condições de vida. As migalhas do programa emergencial serviram tão somente para ressaltar a incapacidade dos governantes e da burguesia em proteger minimamente a maioria oprimida, diante da Pandemia e de suas terríveis consequências sociais.

A passividade das massas foi a garantia de sobrevivência do governo ultradireitista de Bolsonaro. Em outras palavras, a política de colaboração de classes, montada pelas direções das centrais, sindicatos e movimentos, auxiliou decisivamente na estabilidade política. E Bolsonaro pôde, sem problemas, continuar com sua política de fortalecimento de uma fração direita e fascizante da burguesia, da pequena burguesia e das Forças Armadas.

O aprofundamento da crise econômica mundial afetou os de-

sequilíbrios internos da economia nacional, que se manifestaram desde a recessão de 2016. Os conflitos interburgueses se intensificaram em torno à governabilidade. As direções sindicais e políticas, tendo à frente a CUT e o PT, romperam a passividade em 29 de maio de 2021, dando início ao movimento de rua, sob a bandeira de “Fora Bolsonaro e Impeachment”. Não se tratava, porém, de potencializar um movimento de massa, sob a direção da classe operária em defesa de um programa e estratégia de poder próprios. Tratava-se de viabilizar a candidatura de Lula, assim que o Supremo Tribunal Federal reconheceu os “erros” processuais da Operação Lava Jato, e restituiu a liberdade e os direitos políticos do ex-presidente da República. Nenhuma outra figura da política burguesa poderia concorrer eleitoralmente com Bolsonaro.

Estabeleceu-se a polarização eleitoral, que permanece e que é motivo de Bolsonaro e seus militares atacarem o voto eletrônico, e ameaçarem a recorrer a um golpe de Estado. Há um consenso entre a mais poderosa fração da burguesia nacional e o imperialismo de que a negativa de Bolsonaro em entregar o poder a Lula poderá desencadear uma crise política sem precedente, desde que findou o ciclo da ditadura militar e se abriu o da redemocratização.

Nas condições em que se prolonga a guerra na Ucrânia e se impulsiona a escalada militar dos Estados Unidos contra a China, um golpe no Brasil, ainda que aventureiro, será não só um fator a mais de agravamento da crise mundial, como um desencadeador da luta de classes na América Latina.

Foi fundamental um posicionamento dos Estados Unidos contra os ataques de Bolsonaro e seus militares à Justiça eleitoral e às urnas eletrônicas, para que a Fiesp e a Febraban se unissem e resistissem às pressões do governo. Sob a bandeira do suprapartidarismo, armou-se o movimento pela “democracia”.

A manifestação do grande capital pela estabilidade política animou instituições que expressam em grande medida a classe média, como a OAB e Universidades. É preciso acrescentar que uma fração do grande e médio capital não se perfilou à carta “Em Defesa da Democracia e da Justiça” da Fiesp e Febraban, mas, por outro lado, optou por não promover um movimento abertamente bolsonarista. O que indica um isolamento político de Bolsonaro e de seus militares quanto ao objetivo golpista.

Está absolutamente claro que o movimento de 11 de agosto foi burguês, sustentado pela fração mais poderosa do grande capital nacional, e apoiado pelo imperialismo. Seu conteúdo de classe está diretamente expresso na questão da governabilidade. Para que a Fiesp e Febraban se unissem e tomassem uma posição pública, contra a ameaça de golpe, é porque viram a necessidade, não só de garantir a estabilidade política, mas também de condicionar antecipadamente o novo governo, cuja probabilidade maior é que seja o de Lula.

A união das organizações sindicais com as entidades patronais pela democracia em geral indica a base do que será um terceiro

Nas condições em que se prolonga a guerra na Ucrânia e se impulsiona a escalada militar dos Estados Unidos contra a China, um golpe no Brasil, ainda que aventureiro, será não só um fator a mais de agravamento da crise mundial, como um desencadeador da luta de classes na América Latina.

mandato de Lula. Não é novidade que se trata da colaboração de classes. Lula já governou para a burguesia. Sofreu um processo e foi preso pela Operação Lava Jato, não por ter colocado em risco a governabilidade, mas por injunção das divisões e disputas inter-burguesas. Por esse mesmo meandro, foi absolvido e se habilitou a vencer eleitoralmente Bolsonaro.

A inviabilização de uma candidatura de terceira via acabou por unir a grande maioria da centrais – principalmente a CUT e a Força Sindical – pela substituição de Bolsonaro por Lula. E, mais ao alto, pelo vértice, a burocracia sindical se uniu ao grande capital, como um seguro de que Lula, se vencer, tomará posse. Essa dependência política ao empresariado, associados à Fiesp e Febraban, é o ponto mais alto da colaboração de classes, que o PT, PCdoB, PSOL e centrais chegaram, na história recente do Brasil.

O ex-ministro da Justiça José Carlos Dias, encarregado de ler a carta “Em Defesa da Democracia e da Justiça”, declarou como preâmbulo: “Hoje é um momento grandioso, em que capital e trabalho se juntam em defesa da democracia”. Esse mesmo conteúdo foi repetido pelo representante da Força Sindical, que discursou em nome da CUT e das demais organizações sindicais. Seguiu essa linha, a representante da UNE e da Coalizão Negra.

A democracia é o regime político que serve à ditadura de classe da burguesia sobre a maioria oprimida, tanto quanto o regime ditatorial. É necessário distinguir as diferenças de regime democrático burguês do regime ditatorial burguês, mas não para subordinar a classe operária e o conjunto dos trabalhadores ao domínio de classe da minoria exploradora sobre a maioria explorada.

As massas, que arcam com o desemprego, o subemprego, os baixos salários, a pobreza, a miséria e a fome, têm necessidade de lutar pelas liberdades democráticas, que são extremamente restritas, mesmo sob a democracia mais avançada. Mas não podem se subordinar à democracia dos exploradores, uma vez que funciona como instrumento político-administrativo da ditadura de classe

dos capitalistas sobre os trabalhadores.

Os Atos e cerimônias do dia 11 de agosto não foram de luta pelas liberdades democráticas e contra o golpismo da ultradireita burguesa e pequeno-burguesa. Foram, claramente, de subordinação da candidatura de Lula ao grande capital, e por trás de Lula perfilaram as direções das centrais, sindicatos, entidades estudantis e movimentos. Deve ficar bem claro o conteúdo de classe desse acontecimento.

O Partido Operário Revolucionário (POR) não convocou para o dia 11 de agosto. Divulgou uma Carta aos explorados e um Manifesto denunciando a colaboração de classes das direções, e exigindo que a CUT e demais organizações operárias e estudantis rompessem com a Fiesp e Febraban. Defendeu que rompessem com a burguesia e convocassem um Dia Nacional de Lutas, em defesa de um programa de reivindicações e como preparação de uma greve geral.

O POR faz um chamado aos trabalhadores, à juventude e à vanguarda com consciência de classe a defenderem a política de independência de classe, diante das disputas eleitorais e do objetivo de substituição de um governo burguês por outro. A melhor forma é a de organizar as lutas pelos empregos, salários e direitos. É unir os trabalhadores em torno ao programa de reivindicação próprio. É constituir os comitês de empregados e desempregados. É ganhar as ruas contra a pobreza, miséria e fome. O POR luta contra todo tipo de governo burguês, e trabalha para que a maioria oprimida eleve a sua consciência de classe, e combata por um governo operário e camponês, expressão da democracia das massas e da ditadura de classe do proletariado.

Abaixo a política de conciliação de classes!

Pela independência de classe das organizações operárias, populares e estudantis!

Manifesto do POR

Que a CUT, a UNE e as demais organizações dos trabalhadores rompam com a frente burguesa pela democracia!

Que o combate ao governo Bolsonaro e à ameaça de golpe se dê no terreno da independência de classe, por um programa e com os métodos próprios de luta dos explorados!

11 de agosto de 2022

É inaceitável que centrais e sindicatos assinem o Manifesto da Fiesp e Febraban em “defesa da democracia”. Essas entidades do patronato – representantes do grande capital industrial e do capital financeiro – foram responsáveis pelo golpe de Estado de 2016, que derrubou o governo de Dilma Rousseff, usando o Congresso Nacional para cassar o voto da maioria que havia eleito a candidata do PT.

A Fiesp, Febraban e outras organizações patronais, que assinam o “Manifesto em defesa da Democracia e da Justiça”, promoveram a ditadura civil de Temer, que lhes ofereceu de presente a reforma trabalhista. E até ontem apoiavam o governo ultradireitista de Bolsonaro, que se encarregou de dar continuidade às medidas econômico-sociais de Temer, aprovando a reforma da previdência e avançando o plano de privatizações.

É necessário também deixar claro que essas entidades burguesas impulsionaram a “Operação Lava Jato” e fizeram campanha em favor das fraudes judiciais, encabeçadas por Sérgio Moro, que levaram Lula à prisão. São os capitalistas dessas mesmas entida-

des que estiveram à frente do golpe militar de 1964, que derrubou o governo nacionalista de João Goulart. Por 21 anos, sustentaram a ditadura militar. Esses capitalistas foram responsáveis pelas torturas, desaparecimentos e assassinatos de presos políticos, que resistiram aos governos militares.

A democracia que os capitalistas defendem é a que garante a ditadura de classe da minoria exploradora sobre a maioria explorada. O que quer dizer que, diariamente, esfolam os assalariados e oprimem os camponeses pobres. A sua democracia é a que impede o direito de greve, e tem de prontidão as tropas de choque para reprimir as revoltas e as manifestações pelos empregos, salários, direitos, moradia e terra. A democracia dos exploradores é a que corrompe as direções sindicais, estatiza os sindicatos e elimina a democracia operária. É a que tem a Justiça preparada para defender a propriedade privada dos meios de produção e a exploração do trabalho. É a que regularmente intervém nas greves e aplica sanções financeiras brutais aos sindicatos. É preciso dizer ainda que é com

essa Justiça que os crimes de classe da burguesia acabam impunes. Sob essa mesma Justiça, a polícia – braço armado do Estado – comete as chacinhas nas favelas do Rio de Janeiro, São Paulo etc.

A democracia da classe operária é antagônica à democracia burguesa. É a democracia das assembleias, das manifestações, dos comitês de luta, enfim de todas formas de decisões coletivas. É sobre a base da democracia operária que devemos levantar um movimento contra o governo Bolsonaro. Eis por que na democracia operária não cabe nenhuma organização da democracia capitalista. Eis por que a democracia operária se opõe ao eleitoralismo dos partidos da ordem capitalista e à política que arrasta as massas a servirem de instrumento para trocar um governo burguês por outro.

O movimento pela “democracia” não é outra coisa senão reflexo da crise política, que vem se aprofundando com a polarização eleitoral entre Lula e Bolsonaro. A possibilidade de a ultradireita perder a presidência da República atinge interesses de certos setores do grande, médio e pequeno capital, bem como dos militares. Eis por que o movimento pela democracia chefiado pela Fiesp e Febraban não pôde contar com a presença de outras importantes entidades patronais, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI). No entanto, Fiesp, Febraban, CNI, Forças Armadas etc. sempre estarão unidas contra a democracia da classe operária.

As liberdades democráticas não se confundem com o regime democrático burguês. São bandeiras que os explorados utilizam para lutar contra a democracia oligárquica, caricatural ou falta de democracia. A livre expressão, manifestação e organização são próprias das liberdades democráticas. Não ao golpe institucional, como o que derrubou o governo de Dilma Rousseff, é uma bandeira democrática. Direito irrestrito de greve é uma das bandeiras democráticas mais importantes levantadas pela classe operária. Não ao golpe de Bolsonaro e respeito à decisão do voto popular correspondem à luta política no campo das liberdades democráticas. Mas as direções que se juntam à Fiesp e Febraban, sob a bandeira da democracia dos capitalistas, subordinam as liberdades democráticas aos interesses eleitorais.

O argumento de que, para remover o governo direitista e antidemocrático de Bolsonaro, pressupõe-se, inclusive, uma aliança com os capitalistas da Fiesp e Febraban, é próprio das direções sindicais e políticas que pisoteiam a democracia operária, burocratizam os sindicatos, eliminam a democracia das assembleias e servem de auxiliares do patronato para estatizar as organizações sindicais. É completamente falsa a suposição de que a aliança da CUT, UNE etc. com os capitalistas da Fiesp e Febraban servirá de meio de combate ao golpismo de Bolsonaro e seus generais.

Nem bem foi lançado o Manifesto “Em Defesa da Democracia”, a Febraban se reuniu com Bolsonaro. Os banqueiros já haviam recuado em assinar um manifesto do mesmo teor do atual que alude à democracia, diante das ameaças golpistas em 7 de setembro do ano passado. Bastou Bolsonaro ordenar à direção do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, que dissesse aos banqueiros que se retirariam da Febraban, para que se recolhessem.

Não temos conhecimento de que em algum momento anterior a CUT e a UNE tenham assinado um manifesto com a Fiesp e Febraban. Esse salto para os braços dos banqueiros e dos barões da indústria do estado de São Paulo indica o máximo que as direções sindicais podem chegar com a política de conciliação de classes. A disposição da direção da CUT (PT) e da UNE (PCdoB) em se abrigar sob as asas da Fiesp e Febraban reflete o vale tudo eleitoral em torno à candidatura de Lula.

Somente os cegos, os arrivistas e capituladores não veem que Lula depende da Fiesp e Febraban para governar, caso as previ-

sões eleitorais de hoje se confirmem. O problema está em que, por detrás dessa política de colaboração do PT e aliados com setores da burguesia, arrastam-se as organizações sindicais e estudantis.

A crise econômica e social, no Brasil e em todo o mundo, já é grave e tende a se agravar. Bolsonaro poderá perder a presidência graças ao descontentamento das massas pobres e miseráveis. E Lula tem a missão de manter os sindicatos e movimentos estatizados e contrapostos às necessidades dos explorados e à luta de classes. Esse é o sentido geral e mais profundo da CUT e UNE assinarem o Manifesto da Fiesp e Febraban.

O POR não convocou para essa manifestação de 11 de agosto, porque não se pode misturar as bandeiras da classe operária com as da burguesia. Está presente tão somente para defender a independência das organizações sindicais e populares, exigindo que a CUT, UNE e todas as demais organizações classistas dos explorados rompam com a estratégia burguesa da Fiesp, Febraban etc.

O POR não convocou para essa manifestação de 11 de agosto, porque não se pode misturar as bandeiras da classe operária com as da burguesia. Está presente tão somente para defender a independência das organizações sindicais e populares, exigindo que a CUT, UNE e todas as demais organizações classistas dos explorados rompam com a estratégia burguesa da Fiesp, Febraban etc. Que rompam com o eleitoralismo e com a política de defesa da democracia em geral, que anula a luta necessária e independente pelas liberdades democráticas e por um programa próprio de reivindicações dos pobres, miseráveis e famintos.

O POR tem feito uma campanha sistemática pelas reivindicações de emprego, salário e direitos trabalhistas; pela revogação das reformas trabalhista e previdenciária; pela moradia, educação e saúde para toda a população. O POR tem trabalhado diariamente pela unidade da classe operária e dos demais trabalhadores em torno ao programa próprio, pela organização independente do patronato e pelo método da luta direta e massiva. O POR tem se dirigido à classe operária para que retome a democracia das assembleias; para que constitua os comitês de empregados e desempregados.

Diante do brutal avanço da miséria e da fome, agravadas com a alta do custo de vida, rebaixamento dos salários, desemprego maciço e explosão do subemprego, o POR vem defendendo que a centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta com paralisações e bloqueios como parte da preparação de uma greve geral em defesa da vida da maioria oprimida.

***Abaixo a política de conciliação de classes das direções burocratizadas e eleitoreiras!
Que as centrais rompam com a Fiesp e Febraban!***

***Nenhuma ilusão nas eleições!
Não subordinar as organizações dos explorados às disputas eleitorais!
Toda força à luta das massas por um programa próprio de reivindicações!
Por um Dia Nacional de Luta, em defesa da vida dos explorados!***

São Paulo

Traição, traição!

O POR decidiu não estar presente no ato do Largo São Francisco, onde houve a leitura do Manifesto, que já contava com mais de 900 mil assinaturas, e a “Carta aos Brasileiros e Brasileiras em Defesa do Estado Democrático de Direito”. Tratou-se de um ato da burguesia, em resposta às ameaças de Bolsonaro, de não aceitar o resultado das eleições de Outubro. No interior da Faculdade de Direito, reuniram-se banqueiros, empresários, juristas, acadêmicos, ex-ministros, dirigentes das centrais e dos movimentos populares. Não faltou discurso exaltando o “Estado de Direito”, o movimento das “Diretas Já”, a Constituição de 1988, as urnas eletrônicas, e as instituições do Estado, particularmente, o Supremo Tribunal Federal.

Ressaltou-se o discurso do ex-ministro da Justiça de Fernando Henrique Cardoso, José Carlos Dias, a quem coube a leitura do Manifesto, e a saudação da união entre o “capital e trabalho”. Essa figura da política burguesa exaltou o 11 de agosto, dizendo que, pela primeira vez, estavam juntos empresários e representantes dos trabalhadores, para defender a “democracia”. Essa unidade, certamente, foi o fato mais desprezível que aconteceu, nesse dia, para a classe operária e demais explorados.

Tamanha submissão dos dirigentes sindicais e populares ao ato em defesa da democracia burguesa não veio unicamente pelos discursos dos capitalistas, mas também dos dirigentes da CUT, Força Sindical, UGT, UNE e Movimento Popular por Moradia. A oradora pela CUT estadual, Telma Victor, frisou “Temos a unidade não só de trabalhadores, mas de todas as organizações sociais de nosso país”, e completou: “essa Carta aos brasileiros reflete a realidade em que vivemos... de perda de postos de trabalho...”, referindo-se à Carta dos capitalistas. Como se a Carta dos empresários fosse de combate ao desemprego, a fome e a miséria. O dirigente da UGT, Canindé Pegado, foi ainda mais longe. Pediu que os presentes, escolhidos para aplaudir a leitura da Carta, ficassem de pé, dessem as mãos e fizessem uma votação simbólica pela unidade e democracia. O Coordenador Nacional da Frente Brasil Popular, Raimundo Bonfim, festejando a unidade, disse: “Entendemos que pelo regime democrático superaremos a desigualdade social... Saudamos essa grande unidade”. A dirigente da UNE, Bruna Brelaz, em nome da democracia, fez referência hipócrita aos estudantes mortos pela ditadura militar, e aos 85 anos da criação da UNE. Pelas seis centrais, discursou o dirigente da Força Sindical, Miguel Torres, que destacou o momento como o de um “pacto civilizatório”.

Essa gente, que se diz dirigente da classe operária e dos explorados, está podre. Não guarda nenhuma relação com os prin-

cípios elementares da democracia operária e da independência de classe. Está comprometida até a medula com a sustentação do capitalismo em decomposição e com a classe proprietária dos meios de produção, que descarrega a crise econômica sobre os ombros da maioria oprimida.

Após o encerramento dessa reunião seleta, iniciou a encenação da leitura da Carta, encabeçada pela USP, no Pátio das Arcadas. Como se fosse um jogral, três representantes da academia se revezaram na leitura. No final, os que acompanhavam essas encenações, cantaram o Hino Nacional e gritaram o slogan da Campanha “Fora Bolsonaro!”

Ato na Av. Paulista

No final da tarde, ocorreu a manifestação com o mesmo objetivo de defender a democracia, o Estado de direito, as eleições livres e as urnas eletrônicas. Contou com cerca de 10 mil pessoas. O POR não convocou esse ato, devido ao seu caráter burguês, como está expresso em seu Manifesto. O partido interveio com uma Carta dirigida às centrais, o Manifesto, o Boletim do Comitê de Enlace com a campanha pelo fim da guerra na Ucrânia, e o Jornal Massas. Na banca, estavam expostos os livros e publicações, entre eles, o último folheto sobre os 5 meses da guerra na Ucrânia. A intervenção teve o objetivo de defender a independência de classe das centrais e sindicatos, diante do movimento burguês pela democracia. Como se tratava de um ato de conciliação de classes, o partido não levantou suas bandeiras, para não se confundido com as bandeiras e slogans do movimento burguês.

Além dos representantes da UNE, CUT, Coalizão Negra e outros que se manifestaram também no ato do Largo São Francisco, houve a fala da candidata do PSTU à presidência da República, Vera Lúcia, e do candidato ao Senado, Mancha. Vera Lúcia reproduziu o seu discurso de “mulher, pobre, negra...que sofre todo tipo de discriminação social e racial”. Mancha, por outro lado, referiu-se ao ato do Largo São Francisco como de unidade com os patrões, no entanto não denunciou a traição das direções que assinaram o manifesto da Fiesp e Febraban. Guilherme Boulos, PSOL, como candidato a deputado federal, pela frente pró-Lula, narrou a situação do povo pobre, e a coluna do MTST o aplaudia como uma plateia que já sabia o que o candidato iria falar.

O ato da Av. Paulista, embora não contasse com representantes da Fiesp e Febraban, serviu de caixa de ressonância ao movimento burguês pela democracia.

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Pernambuco

O POR faz chamado à CUT e UNE para que rompam com frente burguesa

O dia 11 de agosto esteve sob o guarda-chuva da frente burguesa em torno das cartas em defesa da democracia, seja a que se originou na USP e teve a assinatura de mais de um milhão de pessoas, seja a que se originou na FIESP e teve a assinatura da FEBRABAN, CUT, UNE e outras organizações.

Pela manhã, houve uma marcha da Universidade Católica até as escadarias da Faculdade de Direito do Recife (UFPE), com a presença de políticos e movimentos sociais. A carta foi lida em outros eventos, como a comemoração dos 76 anos na UFPE, com a reitoria e convidados, à noite.

Pela tarde, as entidades estudantis convocaram uma manifestação em frente ao Ginásio Pernambucano. Desde a convocatória, estabeleceram-se atritos entre dois grupos, de um lado UJS, PT, Levante, organizados em torno das candidaturas de Lula/Alckmin e Danilo Cabral-PSB/Luciana Santos-PCdoB, para o governo do estado; do outro lado, Correnteza-PCR/UP e UJC-PCB, que possuem suas próprias candidaturas. Na concentração, houve uma batalha entre os dois carros de som e a UJS PT seguiu para um trajeto, em marcha, enquanto o PCR/UP e PCB ficaram parados na rua da Aurora, em frente ao monumento Tortura Nunca Mais.

O POR não convocou o ato que estava sob a direção da frente burguesa pela “democracia”, mas atuou com seu manifesto, banca, coletou assinaturas da moção por liberdade de manifestação e organização, pelo fim da perseguição política à professora Perla Camilla de Caraguatatuba. Houve falas de militantes poristas no carro de som da CSP-Conlutas e no carro principal da UNE e CUT.

Pronunciamento do POR

Boa tarde, a todos os manifestantes, a todos os trabalhadores, a todas as trabalhadoras, a juventude que está aqui hoje nas ruas. Nós, do Partido Operário Revolucionário, estamos aqui hoje para defender as liberdades democráticas. E a gente faz isso, inclusive fazendo

a campanha contra a punição de uma companheira, Perla Camila Melo, que está sendo processada pelo Governo do estado de São Paulo. Porque defender a liberdade democrática é diferente de defender a democracia burguesa.

Liberdade democrática é o nosso direito de se organizar, de se manifestar, de se sindicalizar. Sem isso, a gente não consegue defender os nossos empregos, os nossos salários e nossos direitos.

Esse dia de hoje faz um paralelo com o fim da ditadura militar, e é importante lembrar que, no fim da ditadura, tinham greves operárias gigantes, greves por emprego, comitês de fábricas, greves que enfrentaram a ditadura, contra o arrocho salarial, pelos empregos. No fim da ditadura, surgiu o Movimento Negro Unificado, contra o racismo.

Não há como defender liberdade democrática separada da defesa das nossas reivindicações. E se gente coloca a nossa reivindicação em primeiro plano, vai ver que nós não temos como estar do mesmo lado dos banqueiros, nós não temos como estar do mesmo lado da FIESP. Esses golpistas agora querem colocar a máscara de democráticos. Nós não podemos aceitar essa farsa.

Por isso, o nosso chamado é para que a CUT e a UNE rompam com essa unidade e convoquem os comitês, as assembleias, para lutar com nossas próprias forças, para derrotar esse golpismo, para derrotar essa ameaça de não reconhecer o resultado das eleições, o que vai ser mais um golpe.

Por isso, nós fazemos também um chamado para não ter nenhuma ilusão nas eleições. O que nós temos pela frente é muito difícil, vai muito além de Bolsonaro. É o prolongamento da guerra, a ação do imperialismo em torno da Rússia e da China, a miséria, a fome, a recessão mundial. Temos de ter os nossos próprios métodos: os métodos operários. Por isso, chamamos as entidades a convocarem um Dia Nacional de Lutas, mas não só de marcha, um dia com bloqueios e paralisações, para parar as fábricas, para a classe operária



(...) que a CUT e a UNE rompam com essa unidade e convoquem os comitês, as assembleias, para lutar com nossas próprias forças, para derrotar esse golpismo, para derrotar essa ameaça de não reconhecer o resultado das eleições, o que vai ser mais um golpe.

estar aqui junto com a gente, não só as direções sindicais. Este é um chamado do Partido Operário Revolucionário em defesa das liberdades democráticas, contra o golpe, com independência de classe.



Ceará – Fortaleza

Um ato burguês em defesa da democracia

Em Fortaleza, o ato de 11 de agosto ocorreu pela manhã, na Praça da Bandeira, em frente à Faculdade de Direito e reuniu cerca de mil manifestantes. O ato foi convocado pela CUT, CTB, FBP, FPSM, ADUFC, UNE e UBES, e contou com a presença da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD) e parlamentares.

– expressão da ditadura de classe da burguesia – foi lida por um representante da ABJD, e aclamada por reformistas e estalinistas. Um parlamentar do PSOL falou à imprensa sobre o “compromisso com os valores e a cultura democrática”. Após a leitura da carta, os manifestantes seguiram em passeata pelas ruas até a praça da Gentilândia.

O ato demonstrou que as direções do

de documentos conjuntos. No Ceará, as direções colaboracionistas, dos partidos e das organizações de massa, foram incapazes de defender um programa próprio, operário, de combate às ameaças golpistas, assentado em comitês de luta e vinculando à luta contra a ultradireita à defesa dos salários, empregos e direitos. A unidade com setores da burguesia, em torno da carta da FIESP/FEBRABAN, expôs a profunda integração do reformismo/estalinismo na apodrecida democracia oligárquica.

O POR esteve presente no ato com sua banca/materiais, defendendo a independência de classe dos explorados diante da crise política do regime. Propagandeou a bandeira de que a CUT, UNE e organizações dos trabalhadores rompam com a burguesia, e se coloquem por uma política proletária de combate à ultradireita e um programa de defesa da vida das massas. Não há outro caminho a ser seguido pelos trabalhadores e juventude pobre.

O ato demonstrou que as direções do movimento operário, popular e estudantil reeditam a velha e traidora concepção de que, diante das ameaças à democracia e às eleições pela ala reacionária e direitista dos capitalistas, a unidade com a ala “progressista” da burguesia se faz necessária, até mesmo com a assinatura de documentos conjuntos.

O ato convergiu para a leitura da carta da FIESP “Em defesa da democracia e da Justiça”, assinada, vergonhosamente, por parlamentares e dirigentes do PT, PCdoB, PSOL, UP e PCB. A carta em defesa do “Estado Democrático de Direito”, isto é, da democracia dos ricos

movimento operário, popular e estudantil reeditam a velha e traidora concepção de que, diante das ameaças à democracia e às eleições pela ala reacionária e direitista dos capitalistas, a unidade com a ala “progressista” da burguesia se faz necessária, até mesmo com a assinatura

Paraná

Ato festivo e eleitoral em “defesa da democracia e por eleições livres”

No centro de Londrina, em 11 de agosto, foi realizada a manifestação “Dia Nacional de Mobilização Fora Bolsonaro: em defesa da democracia e por eleições livres”. Dela participaram lideranças do PT, Levante Popular da Juventude, Diretório Central dos Estudantes – DCE/UUEL, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, Partido Comunista do Brasil – PCdoB, Partido Comunista Brasileiro – PCB, União Nacional dos Estudantes UNE, Comitê Unificado de Londrina, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST.

Todas as intervenções foram apologias da democracia e do “estado democrático de direito”. Até quem tentou se distanciar – eleitoralmente – do PT, como é o caso do PCB, rodou, rodou, mas acabou desaguando no discurso do “Fora Bolsonaro”, o que, somada às suas próprias candidaturas, os coloca no mesmo terreno eleitoral e democratizante. Certamente, se tiver segundo turno, vão desaguar os votos no Lula.

Uma das militantes do PSOL afirma: “não há democracia sem a garantia dos direitos da população”. A condição para a garantia dos direitos sociais seriam as eleições, e obviamente eleger Lula para presidente novamente. O que saiu da boca da militante do PSOL para garantir “a democracia no Brasil é

eleger Lula presidente”. Esse foi o tom predominante na manifestação.

Esse alinhamento generalizado das organizações e partidos de esquerda por detrás da candidatura Lula expressa o predomínio da colaboração de classes, como orientação política da pequena burguesia, e revela a gravidade da crise de direção do proletariado.

O proletariado consciente não defende a democracia em geral, pois, essa nada mais é do que uma casca da ditadura de classe da burguesia. Em contraposição a isso, o Partido Operário Revolucionário vem fazendo uma campanha em defesa dos empregos, salário e direitos, como ponte para a defesa da revolução proletária. Reivindicamos a utilização dos métodos próprios da luta de classes, denunciando o ilusionismo eleitoral, como garantia de derrotas das massas.

A intervenção do POR se limitou a fazer propaganda, distribuindo o manifesto “Que a CUT, a UNE e as demais organizações dos trabalhadores rompam com a frente burguesa pela democracia!”, e explicando aos participantes do ato que recebiam o manifesto que o POR era a única corrente que não defende o “estado democrático de direito”, mas, a revolução proletária.

O significado político da posse de Alexandre de Moraes

A função política da candidatura Lula na crise política

O lugar da burocracia sindical na disputa eleitoral

A tarefa da vanguarda com consciência de classe

Na cerimônia, não faltaram nem os golpistas, nem os antigolpistas. Ao lado do ministro Alexandre de Moraes, que exaltou a segurança das urnas eletrônicas, esteve postado o presidente da República, Jair Bolsonaro, que esbrachou o sistema eletrônico diante de dezenas de embaixadores de várias partes do mundo. Na plateia, assistiam eufóricos Lula, Ciro, Tebet e outros candidatos às eleições de outubro, bem como ex-presidentes, a exemplo de José Sarney, Dilma Rousseff e o golpista Michel Temer. O filho de Bolsonaro, Carlos Bolsonaro, linha de frente da propaganda obscurantista e fascizante, impassivo, assistiu à teatralização com desprezo. Enfim, a cerimônia de posse de Moraes à presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contou com o conjunto de autoridades da República, de ex-presidentes e dos candidatos.

Se o discurso de Moraes sobre a “democracia” e a “soberania do voto popular” for acatado pelo presidente da República, pelos militares, que não estiveram diretamente representados, e pelos bolsonaristas, as ameaças de golpe eleitoral estão afastadas. Mas, se assim ocorrer, não será obra do palavreado do novo presidente do TSE. O peso da verborragia sobre a soberania das brasileiras e brasileiros em decidir quem deve ser o presidente foi dado pela carta “Em Defesa da Democracia e da Justiça”, e pelos atos políticos ocorridos em todo o País, mas, principalmente, o promovido nas Arcadas da Faculdade de Direito São Francisco, em São Paulo. Ou seja, o peso das palavras do ministro Alexandre de Moraes se assentou na posição da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que reúnem as forças mais poderosas do capital. É preciso considerar ainda o fato de os Estados Unidos se pronunciarem pela estabilidade política do Brasil, que não poderia ser perturbada pelo candidato derrotado, no caso, Bolsonaro e seus generais.

Ficou claríssimo que a posse de Moraes ocorreu no momento em que a sua função política é a de pacificar Bolsonaro e os militares descontentes com a possível vitória de Lula. A carta da Fiesp e Febraban, o Manifesto das Universidades e o da OAB formaram um conjunto de pronunciamentos que isolam politicamente a diretriz de Bolsonaro, de não reconhecer a derrota eleitoral. O que diminui sensivelmente a possibilidade de um golpe aventureiro. Diminui, mas não a elimina.

A crise política é profunda. Parte das Forças Armadas resiste à volta de Lula ao poder do Estado. O golpe que derrubou o governo petista de Dilma Rousseff abriu caminho para os militares reocuparem milhares de postos e funções político-administrativas no aparato estatal. Não é de seus interesses que a volta de Lula e do PT ao comando da política de estado resulte em uma acomodação de um enorme contingente de militares, que foram alocados por Temer e Bolsonaro. O caráter

oligárquico do Estado e da democracia no Brasil não tem como ser modificado por nenhum tipo de governo. O que faculta um grande peso dos generais na política e na administração do país.

Lula governou por dois mandatos, e procurou conviver o melhor possível com as Forças Armadas. O conflito mais significativo se desenvolveu sob o governo de Dilma Rousseff, devido à “Comissão da Verdade”, responsável pela apuração dos crimes da ditadura militar. O resultado se limitou a denúncias e a processos de reparos judiciais, a casos de prisão, exílio e tortura. Os generais puseram limites à investigação e ao resultado final, de forma que o governo petista teve de se adaptar à tutela das Forças Armadas sobre o Estado.

Os governos petistas serviram aos interesses gerais da burguesia. Contrariar certos interesses particulares faz parte do funcionamento econômico do capitalismo, que se expressa na superestrutura política do Estado. Lula já deu provas suficientes de cumprir com a função primordial de qualquer governo burguês, que é a de proteger a propriedade privada dos meios de produção e combater a luta de classes dos explorados contra os exploradores. A política de conciliação entre capital e trabalho é um bem valioso que Lula, PT e aliados têm a oferecer à burguesia, principalmente em períodos de desintegração econômica, e em situações em que os capitalistas precisam manter a democracia funcionando.

A CUT, Força Sindical, UGT, UNE etc. se sujeitaram ao movimento burguês, sob a bandeira da democracia e da justiça da Fiesp e Febraban, em função da candidatura de Lula e da ameaça golpista de Bolsonaro. A bandeira de colaboração entre capital e trabalho tremulou alto nas Arcadas da Faculdade de Direito da USP São Francisco. Foi um sinal de que um terceiro mandato de Lula seguirá essa política de traição da burocracia sindical aos interesses da classe operária e dos demais explorados.

A cerimônia de posse do ministro Alexandre de Moraes também refletiu a traição da burocracia sindical. Esse é o preço que as direções da CUT, Força, UGT, UNE, Coalizão Negra, etc. pagam para a Fiesp e Febraban se colocarem pela democracia, que, como regime político, é uma das formas de manutenção da ditadura de classe da minoria exploradora sobre a maioria explorada.

O Partido Operário Revolucionário denunciou a traição e chamou os trabalhadores, a juventude oprimida e a vanguarda militante a defenderem a independência de suas organizações nascidas e voltadas à luta de classes. Na contracorrente das campanhas eleitorais, é dever da vanguarda com consciência de classe denunciar o eleitoralismo e lutar por um programa próprio dos explorados.

O Partido Operário Revolucionário e a Corrente Proletária na Educação vêm fazendo uma campanha junto aos sindicatos e movimentos em defesa de nossa companheira professora, Perla Camila de Melo Martins, perseguida pelo governo,

por ter se colocado contra o Programa de Escola de Tempo Integral (PEI), no município de Caraguatatuba. No dia 15 de setembro, ocorrerá a “oitiva”, visando à punição da companheira. É nosso dever e das direções sindicais e políticas, que se

reivindicam do direito de manifestação e expressão, defendê-la contra a ação autoritária do governo de São Paulo.

Abaixo publicamos a moção e a lista de sindicatos que até o momento se colocaram em sua defesa.

Pelo direito de manifestação, expressão e pelas liberdades sindicais

Moção contra a perseguição política à professora e conselheira da Apeoesp, em 2014, Perla Camila de Melo Martins

O governo e as Diretorias de Ensino, nas diferentes regiões, vêm perseguindo os professores que se colocaram contra o Programa de Ensino Integral (PEI). Prova disso é o que ocorre com a professora Perla Camila de Melo Martins, na época conselheira da Apeoesp, que cumpria as decisões das assembleias do sindicato, como muitos outros professores, que eram as de rejeitar o Programa de Ensino Integral. Esta foi intimada, agora em 2022, à responder a medida administrativa, referente a um movimento reivindicatório de alunos. Em 2014, a E.E. Dr. Eduardo Correia, em Caraguatatuba, implementou o PEI a toque de caixa, sem um amplo debate com professores, pais e alunos. Muitas promessas foram feitas aos alunos e a comunidade, porém não foram cumpridas. Os alunos desta unidade ergueram, então, uma pauta de reivindicações, e se mobilizaram, contando com o apoio da professora e alguns pais. A dirigente de Ensino, na época, e a direção/gestão, também na época, acusaram a professora de ter induzido o movimento interno, negando o instinto de luta da juventude oprimida. A professora foi penalizada com o seu desligamento da escola, em junho de 2014. Ao invés de

cessar a perseguição, o governo abriu uma portaria, em 2019, para instaurar um PAD (processo administrativo disciplinar), alegando “falta grave” por parte da professora. Nesse momento, a Procuradoria Geral do Estado retoma as acusações à professora para demiti-la, podendo levar à cessação do seu cargo de professora efetiva.

Considerando a situação acima descrita, nós abaixo-assinados defendemos:

- 1) *O direito às liberdades sindicais;*
- 2) *O direito de livre manifestação e expressão de professores, alunos e pais contra o PEI;*
- 3) *Fim de todo tipo de punição aos que se colocam contra os programas do governo;*
- 4) *Retirada dos processos, que recaem sobre os que lutam pelo ensino público e gratuito e contra o fechamento de salas de aulas e turnos nas escolas;*
- 5) *Repúdio à tentativa do governo e da Diretoria de Ensino Regional de punir a professora Perla Camila de Melo Martins.*

Já assinaram a Moção: Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Rio Grande do Norte (Sinte/RN); Sindicato dos

Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Minas Gerais; Associação dos Docentes do Campus de Catalão/UFG, Cesário de Brito Junior (Diviza) – Presidente do Sintect-SP; Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro); Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e Região - SINDIPROL/ADUEL; Associação dos Professores da PUC (Apropuc); SINDSIFPE – Seção Sindical do SINASEFE-PE, SINDSIFCE – Seção Sindical do SINASEFE-CE, Sindicato dos professores municipais de Olinda; Secretaria Executiva do DCE da UFABC, Subsedes da Apeoesp de Diadema, Santo André, Mauá, Lapa, São Miguel, Itapeverica da Serra, Franco da Rocha, Salto; Atibaia; Conspiração Socialista; sindicalistas de Pernambuco, UNAS (União de Núcleos ASS dos MOR Heliópolis e Região), Sindicato dos Servidores Municipais de São Sebastião, AMAASP – Associação dos AGPPs AAs.

Em resposta à campanha contra a repressão e de defesa da professora Perla, a CSP-Conlutas respondeu com o apoio de todos os seus sindicatos filiados. Essa é uma atitude classista, que deve ser seguida por todas as centrais.



São Paulo

*Boletim Nossa Classe – extraordinário, 19 de agosto***Todo apoio à greve na CINPAL!****Que a empresa atenda imediatamente às reivindicações dos operários!**

Os operários da Cinpal aprovaram o início da greve ontem, dia 18/08, em assembleias simultâneas, nas três unidades da empresa. O Partido Operário Revolucionário esteve presente na assembleia da unidade principal, distribuindo o Boletim Nossa Classe.

A decisão dos operários foi correta. A empresa vinha enrolando o sindicato em negociações sem fim. A pauta é extensa, são vários os problemas, a exemplo dos ônibus em péssimas condições, e da ausência de um refeitório na Unidade 3. A questão da PLR se destaca, por dois motivos: 1) o salário é uma miséria; e 2) o valor da PLR proposto pela empresa é uma afronta.

A data-base da categoria é em 1º de novembro. Está longe, se pensarmos no sufoco que será para os operários pagarem as contas até lá. Daí a importância de começar a campanha desde agora. Para os operários, arrancar uma PLR maior é parte desse processo.

É revoltante saber que o valor proposto pela Cinpal, de R\$ 2.138,00, representa menos de 1% do seu faturamento líquido. E é mais revoltante ainda saber que a empresa quer impor metas, difíceis de serem alcançadas, para o pagamento dessa merreca.

A greve foi o recado certo para a empresa. Os capitalistas não entendem outra língua, a não ser a greve, as ocupações de fábrica, os bloqueios de avenida, enfim, a ação direta.

A tarefa agora é lutar pela vitória da greve. O Boletim Nossa Classe traz para a assembleia de hoje (19/08) três propostas:

- 1) PIQUETE DE GREVE – O piquete é a forma de garantir a aplicação do resultado da assembleia. Trata-se do meio de fazer valer a decisão da maioria. O ato de “furar a greve” é autoritário, pois, coloca a vontade individual acima da coletiva. E mais: o “fura-greve” enfraquece o movimento e, assim, joga a favor do patrão.



- 2) MANIFESTAÇÕES DE RUA – É verdade que o simples ato de paralisar a produção já provoca prejuízo ao patrão e, assim, constitui um elemento a favor dos operários. Porém, as greves passivas, em que os operários não vão trabalhar e ficam em casa, não constituem a força necessária para que a greve seja vitoriosa. Os operários ampliam a sua força quando se ligam à população oprimida, tomando as ruas, avenidas e rodovias em protesto.
- 3) UNIDADE NA LUTA - O isolamento enfraquece a greve. É preciso dar projeção ao movimento, buscar apoio em outras fábricas e em outros setores. O sindicato deve procurar as centrais sindicais, outros sindicatos metalúrgicos e outras organizações dos trabalhadores, para que possam manifestar seu apoio ativo à greve na Cinpal, realizando atos conjuntos.

O Boletim Nossa Classe se coloca incondicionalmente em defesa da vitória da greve dos operários na Cinpal!

Fracassa a greve na Cinpal: a responsabilidade é da direção sindical

A greve na Cinpal, fábrica metalúrgica situada em Taboão da Serra / SP, durou menos de um dia. Foi aprovada em assembleias simultâneas nas três unidades da empresa, na tarde do dia 18/8. Na manhã do dia seguinte, já estava desmontada. O fracasso se deve à política da direção do Sindmetal, ligada à Força Sindical, que não organizou a greve. O POR esteve presente, com o Boletim Nossa Classe, estampando o apoio à greve, e indicando o caminho que deveria ser trilhado para o movimento sair vitorioso.

Havia entre os operários um forte sentimento de insatisfação. O Boletim Nossa Classe é distribuído há mais de cinco anos na porta da fábrica. Nos últimos meses, era possível perceber um descontentamento crescente dos trabalhadores, especialmente pela penúria salarial, e pela enrolação da patronal em cima da PLR (Participação dos Lucros e Resultados). Para piorar, houve, no começo do ano, um acidente fatal na fábrica. A perda do operário Ailton veio logo depois do pico da Pandemia, momento em que a fábrica demitiu muitos, e aplicou um plano de redução salarial.

Os problemas são muitos: na Unidade 3, sequer existe um

vestiário e um refeitório. Os operários têm de caminhar um trajeto relativamente longo para almoçar, sendo obrigados a correr para não retornar atrasados. Ou seja, o período que era para ser de descanso acaba virando momento de mais fadiga. Os ônibus da empresa, que são antigos e estão em péssimas condições, vivem quebrando. Há relatos de operários que tiveram descontos, devido a atrasos provocados pela quebra do ônibus da própria empresa, o que é evidentemente um completo absurdo. Os operários frequentemente se queixam do autoritarismo e do clima de terror imposto pela chefia. Aqueles que ousam denunciar os problemas acabam no olho da rua. Há uma rotatividade grande dos operários.

A questão da PLR é um capítulo à parte. Foram várias as reuniões do sindicato e comissão, eleita na base, com a empresa. O cabo de guerra, com propostas e contrapropostas, já dura alguns meses. A enrolação da patronal acabou servindo para instigar o ódio entre os operários. Na última proposta da empresa, esta propôs uma série de metas, difíceis de serem alcançadas, como

condição para o pagamento da mirrada cifra de R\$ 2.138,00, que corresponde a menos de 1% do seu faturamento líquido. O salário é uma merreca e a data-base será somente em 1º de novembro.

Como se vê, as condições estavam mais do que maduras para uma greve. O problema é que a linha política traçada pela direção do Sindmetal jogou contra a mobilização. Os próprios operários, em conversas durante as panfletagens do Nossa Classe, vinham demonstrando a falta de confiança no sindicato. Este aparece “de vez em nunca” na fábrica. O que significa que não preparou, como devia, a mobilização.

É claro que há elementos históricos mais amplos, que interferem nessa questão, afinal, as gerações mais jovens sequer viveram as jornadas operárias dos anos 1980, por exemplo. Não há uma tradição de trabalho de base classista – à exceção do que é feito pela militância porista. Quando vamos fazer agitação com o Nossa Classe na porta da fábrica, os mais jovens estranham, não sabem do que se trata, demoram a compreender o que estamos fazendo lá. Estão sob a influência permanente da ideologia burguesa dominante. Tudo isso expressa, na verdade, o problema da crise de direção revolucionária.

Esses elementos, contudo, não podem ser utilizados como justificativa para os equívocos cometidos pela direção do sindicato. Em primeiro lugar, já mencionamos o problema crônico do abandono da base. Em segundo lugar, a pauta já foi construída, pensando, não nas reais necessidades dos operários, mas naquilo que a empresa se mostrava disposta a conceder. Exemplo: no dia 18, o diretor sindical que conduzia a assembleia se referiu às metas propostas pela Cinpal (na discussão da PLR), afirmando que o sindicato não estava contra o estabelecimento delas, mas que queria saber do “tamanho” da contrapartida oferecida. Outro exemplo: ao informar os operários acerca da proposta do patrão para o problema dos ônibus, falou que a empresa mencionou a hipótese de terceirização. O diretor sindical, corretamente, caracterizou a terceirização como precarização do trabalho, porém, disse: “se for para terceirizar, queremos ver como isso será feito”.

Enfim, são inúmeras concessões, que demonstram o caráter de conciliação de classe da política da direção do Sindmetal. Para piorar, a conduta durante a assembleia decisiva favoreceu as ma-

nobras da empresa para barrar a greve. O caso mais gritante foi permitir a presença da chefia em plena assembleia. Os capatazes, no momento da votação, ficaram olhando ao redor, numa atitude nitidamente intimidativa. A direção sindical, além de ter deixado isso acontecer livremente, não tomou qualquer atitude concreta para confrontar os fura-greves. E aqui cabem parênteses: sempre há aqueles operários politicamente mais atrasados, que vão querer furar as greves por seu próprio conservadorismo. Ocorre, entretanto, que muitos se mostraram dispostos a parar, estavam simpáticos ao movimento, mas acabaram entrando para trabalhar por medo de retaliação. Era papel da direção do sindicato impedir que isso pudesse acontecer! Algo semelhante se deu na noite do mesmo dia e na manhã do dia 19. A empresa mandou mensagens ameaçadoras aos operários (usando as lideranças de setor, etc.), oferecendo alternativas (até Uber!) para que fossem trabalhar.

Qual deveria ser a medida tomada pela direção sindical, para enfrentar todas essas manobras? O Boletim Nossa Classe apontou a necessidade de que fossem erguidos os piquetes de greve. O Boletim também indicava outras propostas concretas, que deviam ser assumidas pela direção, para que a greve pudesse sair vitoriosa, a exemplo das manifestações de rua e da ruptura do isolamento. A direção, porém, além da política conciliadora, permaneceu passiva, jogando palavras ao vento, cobrando atitudes dos operários que, na verdade, correspondiam a ela própria. Na “assembleia” que pôs fim à greve pela manhã (na realidade, havia apenas um punhado de operários presentes), o discurso que predominou foi o de responsabilização dos próprios trabalhadores, que teriam “decidido” não aderir. É a atitude típica de burocratas: confunde a classe, concilia com o patrão, não organiza nada, e ainda põe a culpa nos operários.

Estão aí os motivos para o Boletim Nossa Classe / POR afirmar taxativamente que o fracasso da greve se deve à direção do Sindmetal. O que expressa a necessidade de se construir, desde o chão-de-fábrica, uma nova direção, verdadeiramente classista, para o movimento operário como um todo, e para os trabalhadores da Cinpal em particular, tarefa que deve passar, necessariamente, pelo balanço rigoroso da experiência desta greve de um dia. ■

São Paulo

Distribuição do Boletim Nossa Classe na Mercedes, no dia 15 de agosto

O Boletim trazia duas denúncias das montadoras, uma delas se referia à fala de um operário da Mercedes, que se colocou contra os acordos entre a empresa e o sindicato. Dizia que, por meio desses acordos, um setor folga na sexta-feira, e outro na segunda-feira, e que a maioria dos companheiros já tem as férias comprometidas até 2025. Essa denúncia chamou a atenção dos que pegavam o Boletim, que passaram a ler a conclusão dessa nota, que mostrava a importância da organização da luta no interior de cada fábrica, para combater os acordos de flexibilização que beneficiam os patrões. E defenderem a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários.

Outra nota do Boletim que despertou interesse dos operários foi como combater a fome a miséria. Essa nota apresentava um conjunto de reivindicações. Eis: 1) redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários; 2) volta da contratação direta pelas empresas. Fim da terceirização. Efetivação imediata dos

terceirizados; 3) implantação do salário-mínimo vital, calculado de acordo com as necessidades reais da família operária. Reajuste automático de acordo com o aumento do custo de vida; 4) por um aumento geral dos salários, que estão desvalorizados pela alta inflacionária, e aumento dos preços da cesta-básica; 5) Revogação da reforma trabalhista de Temer e da reforma previdenciária de Bolsonaro. Concluía com o rechaço ao eleitoralismo e a defesa dos métodos próprios dos explorados.

Os militantes expuseram os materiais do partido, particularmente, o Jornal Massas. A agitação também se deu em torno à traição das direções sindicais, que assinaram a Carta da Fiesp e Febraban, e fizeram parte da manifestação em defesa da democracia burguesa, portanto do pacto entre o capital e trabalho, como disseram os representantes da patronal. Defendemos a independência de classe e que as centrais, sindicatos e

movimentos rompem com essa frente burguesa e convoquem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas.

O que presenciamos é o aumento das desconfianças em relação à direção do sindicato. Mas, permanece a dificuldade em materializar em organização no interior da fábrica, ou seja, constituir uma oposição classista. Na Mercedes, há muitos operários terceirizados, e não se sentem iguais aos operários

contratados diretamente pela montadora. Têm consciência de que, com a terceirização, quem ganha é o patrão. Como se vê, essa fragmentação é de responsabilidade da direção do sindicato, que também separa os operários.

A distribuição do Boletim Nossa Classe e o trabalho sistemático nas portas de fábricas mostram a importância de ampliar a penetração do programa proletário, que só pode se dar por meio do Partido Operário Revolucionário. ■

São Paulo - ABC

Operários de São Bernardo enfrentam a miséria, jornada dupla e alienação

É necessário unificar a luta da classe operária em todo o país

Operários de São Bernardo do Campo relatam a dureza da miséria que enfrentam devido aos baixos salários – uma realidade nas fábricas do ABC Paulista, muito antes da Pandemia. Com salários de R\$ 1.350,00 até R\$ 2.500,00, operários do setor de plásticos e papel, da região do Planalto (região fabril de São Bernardo), se desgastam com jornada dupla para completar a renda, que não cobre aluguel e refeição, cada vez mais caros no município.

A jornada dupla ocorre na própria fábrica, mudando apenas de máquina ou de lado da esteira. Antes da Pandemia, operários com mais experiência já realizavam a manutenção das máquinas, devido às demissões no setor da manutenção. Depois da Pandemia, a patronal, com o discurso de ‘possível falência’ aos operários, reduziu em 50% o valor pago das horas extras, além de demitir os operários mais velhos, que melhor compreendiam a operação do maquinário.

Os operários que não perderam o emprego passaram então à jornada dupla, estando na fábrica por quase dezesseis horas. Essa jornada teve por consequência a precarização da saúde física e psicológica.

Além de já terem dormido na rua, reduzido o número de refeições diárias para uma ou duas, enfrentado a perda física de seus amigos, o uso de álcool passou a auxiliá-los na jornada, pois, a máquina é pesada, e a esteira é muito rápida. Alguns operários também enfrentaram e enfrentam delírios e alucinações com a própria maquinaria, tendo pesadelos, ouvindo o barulho da máquina em sua casa, ou, sentindo amor e apego por ela.

Essas são consequências da precarização do trabalho, da miséria e da exploração à classe operária: o adoecimento e sua destruição física. Enquanto os maiores sindicatos do ABC e os movimentos sociais enganam as massas e as empurram para as eleições burguesas, os operários e suas famílias proletárias enfrentam a fome e a incerteza de se permanecerão vivos. O aumento da cesta básica na região do ABC Paulista, que foi para R\$ 1.141,00, conforme o CRAISA Santo André, divulgado no começo de agosto, não é uma realidade isolada, própria do ABC, mas sim, uma realidade nacional. O mesmo para o número de famílias que perderam suas casas, por não aguentarem pagar o aluguel, que, só

no ABC, conforme o censo do CRAISA, foi de 26,3%. A classe operária e demais explorados foram os que mais sentiram e sentem a crise do capitalismo, que se aprofundou com a chegada da Pandemia.

A classe operária deve confiar apenas em seus métodos próprios de luta, exigindo que seus sindicatos e centrais convoquem as assembleias, unifiquem a luta de operários empregados e desempregados, e organizem uma Campanha Nacional por empregos, salários e direitos trabalhistas. Que nas fábricas, construam os comitês classistas, chapas de oposição contra a burocracia de seus sindicatos, e que construam e ergam o Partido da classe operária – o Partido Operário Revolucionário.

Breve comentário de Operário do ABC ao Jornal do Partido Operário Revolucionário

Operário metalúrgico de São Bernardo relatou a importância do Jornal Massas à classe operária, tanto para compreender os problemas nacionais e internacionais enfrentado pelas massas exploradas, quanto a compreensão da política leninista-trotskista. ■

Pernambuco

Boletim O Proletário

O Boletim de Agosto abriu com a campanha do CERQUI pelo fim da Guerra na Ucrânia, mostrando a relação entre as ações do imperialismo e a fome, miséria, desemprego e mortandade. Também mostrou que os explorados, no mundo, estão lutando em vários países contra a alta do custo de vida.

A segunda nota, com o título “O povo se revolta e protesta no Recife. É hora de unificar as lutas em um dia nacional”, relata os protestos quase diários na região metropolitana. “As reivindicações giram em torno da saúde, moradia, auxílio, contra violência urbana e policial. Podem parecer imediatas de primeira, mas estão diretamente ligadas com a brutal exploração capitalista, raiz de todas

O Proletário

A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES
SERÁ OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES



Jornal de Bairro do Partido
Operário Revolucionário
N. 5 - Recife, agosto de 2022
www.pormassas.org
@massas.por
81 9789-6107

A Guerra da Ucrânia e as revoltas contra inflação e a fome

O governo dos Estados Unidos manda e desmanda no mundo. O imperialismo empurrou a Rússia para a guerra contra a Ucrânia, cercando o país com bases militares. Interfere no comércio mundial com sanções e, com isso, leva ao aumento do preço dos combustíveis e alimentos. Ao mesmo tempo, já prepara uma guerra com a China.

Enquanto o mundo estiver nas mãos do imperialismo, só podemos esperar mais barbárie e desgraça para os explorados: fome, miséria, desemprego e mortandade.

As massas se revoltam e lutam

A classe operária, os camponeses e a juventude pobre não apenas sofrem com a alta do custo de vida



Foto de protesto no Sri Lanka, Ásia. Com luta nas ruas, povo derrubou o governo.

consequências das guerras nas costas da maioria

essas mazelas". O Boletim denuncia as direções eleitoreiras que desperdiçam a disposição de luta das massas e afirma: "Imagine se todo esse povo que já levanta barricadas, queima pneus e marcha, fizesse isso ao mesmo tempo nas principais avenidas e rodovias? Junto com a paralisação dos transportes e fábricas? Os patrões e o governo iriam ver a força que o povo tem. Seriam obrigados a ouvir nossa voz e dar uma resposta. E, do nosso lado, mais fortes e organizados, teríamos condições de fazer uma greve geral por empregos, salários e direitos trabalhistas e sociais." A nota conclui com a exigência de que "as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Lutas em defesa da vida dos explorados!".

Em outra nota, O Proletário afirma: "É preciso exigir das associações que mantenham sua independência política e organizativa

diante das eleições. E, se a associação está fechada ou nas mãos do eleitoralismo, é preciso organizar um grupo de moradores classistas, comprometidos com a causa, para retomar a associação. Fazer comitês e assembleias! Nenhuma ilusão nas eleições burguesas! Confiar em nossos próprios métodos de luta!".

Por fim, o Boletim O Proletário indica como enfrentar a ameaça golpista de Bolsonaro. Rejeita a frente burguesa, e questiona "como é possível que os explorados se juntem com os exploradores?". E explica: "A democracia dos ricos é a liberdade deles nos explorarem. A democracia dos pobres, dos proletários, da maioria, é a exigência de liberdade para se defender da exploração. Por isso, o Boletim O Proletário diz que o caminho para derrotar o golpismo é colocar a classe operária e demais explorados nas ruas, em movimento, por suas reivindicações".

Ceará

Boletim O proletário

O Boletim desmascara a farsa do asfaltamento em algumas ruas do bairro Aracapé, primeiro por se tratar de uma obrigação do poder público (prefeitura), e não um favor, sempre manejado por vereadores e políticos burgueses, com fins de se potencializarem eleitoralmente. O asfaltamento não vai além de algumas ruas ou trechos de ruas, e chega com grande atraso; o que reflete o descaso dos governos com os bairros proletários. O Boletim chama atenção, igualmente, para o abandono do campinho entre as quadras 2 e 3, onde os moradores reivindicam sua urbanização, e para o fato das quadras 1 e 2 terem sido abandonadas, não recebendo o piso intertravado, que chegou há alguns anos em outros lugares do bairro. O Boletim finaliza, chamando a atenção dos moradores para o profundo endividamento da população, onde 1 em cada 4 trabalhadores não têm como pagar suas contas do mês (resultado do rebaixamento salarial, inflação e alta dos juros), assim como a posição que os trabalhadores devem ter diante das eleições, que é o de lutar por sua independência de classe, e para que as centrais convoquem um Dia Nacional de Lutas por salários, empregos e direitos.

Fortaleza-Ceará | Jornal de Bairro Mensal do Partido Operário Revolucionário | De 11/08/2022 a 11/09/2022 Ano II - nº 19

O Proletário

"A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores" (K. Marx)

Asfaltamento em ruas do Aracapé não é favor, é obrigação da prefeitura que nos cobra impostos

Depois de quase 9 meses com ruas cheias de buraco, com lama nas vias públicas e muito transtorno, foi realizado o recapeamento asfáltico em algumas ruas do Aracapé. Teve início em uma parte da Ana Brito, cobrindo a Gomes de Sá e Dr. Procópio.

Mas o asfalto que começou a ser reposto não cobriu todas as ruas que necessitam. A começar com a própria Ana Brito, que por ter obras em andamento não pôde ser completamente coberta. Não será surpresa se a parte não asfaltada continuar largada como está.

Em outras ruas o asfaltamento não chegou e, ao que tudo indica, não chegará. É o caso da rua Dr. Procópio, que além de calçamento, precisa ser completamente asfaltada (o asfalto cobre da rua



Gomes de Sá até a Travessa J. Jacó e o trecho em frente segue com o calçamento fora do lugar). Na Travessa Sebastião, não houve obras de saneamento, não há piso intertravado e nem asfalto previsto.

Asfaltamento de ruas não é favor de vereador A ou B, ou da Prefeitura, mas uma obrigação dos governos, que recolhem milhões em impostos. A enorme demora para asfaltar algumas poucas ruas, só mostra como ainda é grande o descaso quando se trata de cuidar dos bairros proletários como o nosso.

• **Pela organização dos moradores em defesa do bairro!**

• **Asfaltamento de todas as ruas que necessitem!**

Campinho da Quadra 2 continua sem solução

No dia 14 de junho, uma comissão formada por moradores e representantes da categoria "O Proletário" foi

Manifesto da CPE ao 3º Encontro de Mulheres do SINASEFE

O 3º Encontro de Mulheres ocorre entre 18 e 21/08, em Fortaleza, sob o chamado: "As Mulheres vão derrotar o fascismo: pela vida de todas as mulheres e em defesa dos serviços públicos", evidência a subordinação da atividade sindical às disputas burguesas eleitoreiras, com o apoio à candidatura de Lula/Alckmin.

A Corrente Proletária na Educação participará com manifesto e banca de materiais. No manifesto, fazemos o chamado "Combater o golpismo bolsonarista, os ataques ao funcionalismo, e a opressão sobre as mulheres com o programa e os métodos proletários" – onde apontamos que a luta contra as ameaças golpistas de Bolsonaro não pode ser feita junto à frente burguesa pela "democracia". Propomos a resolução: "O 3º Encontro de Mulheres exige que a CUT, Intersindical, UNE e demais organizações de massas rompam com a frente burguesa em defesa da "democracia". Abaixo o golpismo bolsonarista! Pelas liberdades democráticas! Pelo respeito ao voto popular!! Nenhuma ilusão nas eleições, confiar em nossas próprias forças e métodos! Defesa do direito irrestrito de greve e manifestação!".

O texto "Defesa do funcionalismo: Abaixo a Reforma Administrativa! Abaixo as privatizações!" faz o balanço da campanha salarial. A defasagem nos salários ultrapassa 50%. Os cortes de verba da Educação, fruto da EC 95, aumentam a precariedade das condições de trabalho. O FONASEFE blefou e não construiu a greve dos servidores federais. A direção nacional do Sinasefe desmontou a greve, apesar da disposição de luta da categoria, o que facilitou as ameaças repressivas do governo e reitorias aos grevistas. Combatemos o uso dos métodos virtuais e da pressão parlamentar e propomos a resolução: "Que o SINASEFE convoque a plenária nacional 100% presencial para retomar seu plano de lutas; que as centrais sindicais, sindicatos e movimentos convoquem um verdadeiro Dia Nacional de Lutas, com bloqueios e paralisações, em defesa do emprego, salário e direitos (contra as contrarreformas). Concluindo a defesa da construção urgente da greve geral".

No tópico "Responder ao aumento da opressão sobre as mulheres com o programa proletário", afirmamos que o avanço da

violência contra as mulheres, assim como contra os negros, é parte da opressão de classe. Criticamos as correntes de esquerda reformistas e centristas, que negam a raiz de classe das opressões, iludem os oprimidos sob a possibilidade de amenizar ou combater a opressão no capitalismo. Estas correntes se negam a fazer a defesa consequente de bandeiras que representam a defesa da vida das mulheres, como o direito ao aborto e o fim da escravidão doméstica no lar. Eis a proposta de resolução: “1. O 3º Encontro de Mulheres parte da compreensão de que a raiz de toda opressão e exploração é a propriedade privada, e que essa raiz deve ser eliminada de forma revolucionária. 2. Nossa luta imediata deve partir das reivindicações de empregos para todos e todas, com a divisão das horas de trabalho entre todos os aptos ao trabalho, incorporação da mulheres, negros e homossexuais e transexuais à produção social. Pela escala móvel de salários, com reajuste imediato conforme a inflação. Que nenhum trabalhador receba

menos do que o salário mínimo vital. Fim das discriminações: salário e direitos iguais para trabalhos iguais. Efetivação dos terceirizados, sem necessidade de concurso público. Pela revogação da contrarreforma trabalhista e da previdência. Pela nacionalização das terras e entrega aos camponeses, quilombolas e indígenas. Real direito de autodeterminação dos povos indígenas. 3. Pelo direito ao aborto gratuito e seguro, por parte do Estado. Pelo fim da escravidão no lar, por restaurantes, lavanderias e creches oferecidos pelo Estado”.

Por fim, o manifesto apresenta a campanha contra a Guerra na Ucrânia com a seguinte resolução: “O 3º Encontro de Mulheres aprova a campanha internacionalista pelo desmantelamento da OTAN e de todas as bases militares dos Estados Unidos na Europa; revogação de todas as sanções econômico-financeiras à Rússia; pela autodeterminação, integridade territorial e retirada das forças militares russas da Ucrânia. Repúdio à provocação imperialista em Taiwan!” ■

Boletim Nossa Classe – Ecetista - agosto

O Boletim de agosto abre com o chamado “Campanha Salarial 2022/2023: Organizar a Greve Nacional dos Ecetistas”. Isso porque, neste mês, se realizarão as assembleias para aprovar a greve da categoria contra a posição da direção dos Correios, que se nega a atender as reivindicações da Campanha.

As reuniões da FENTECT e da FINDECT com a direção dos Correios não resultaram em nada de positivo, a não ser um Ofício Circular, que anuncia a retirada de gratificação de trabalho aos fins de semana, e até a declaração que a direção dos Correios pensa em suspender outras cláusulas do Acordo Coletivo, tendo em vista a Reforma Trabalhista. Diante do fracasso das reuniões de “negociação”, as duas federações já ameaçaram com greve para o mês de setembro.

A FINDECT, da CTB, ainda aposta nas reuniões. A FENTECT já organizou um calendário de mobilização, que inclui ato em Brasília e assembleias para deflagrar a greve. Diante deste cenário, o Boletim Nossa Classe reforça a necessidade de que as assembleias aprovelem os métodos da ação direta e as reivindicações mais gerais que podem unificar todos os ecetistas, bem como criar a possibilidade de uma luta mais geral e unitária com o conjunto dos trabalhadores. Por isso, lembrando da última greve, em 2020, defende: “Nossa greve de 2020 foi derrotada, porque, de um lado, permaneceu isolada, sem o apoio efetivo

das Centrais e a greve unitária com outros setores e categorias, e, de outro, porque as direções sindicais acabaram desmontando a greve, ao acatar as manobras da direção da ECT e a ação decisiva do TST, que apoiava a política de rebaixamento salarial e de destruição de direitos do governo Bolsonaro. Sabemos que, para alcançar nossas reivindicações, precisamos de uma luta nacional, com paralisação geral e irrestrita dos serviços postais e de entrega. Porque, quando mexemos na economia, pressionamos verdadeiramente os capitalistas e os seus governos. Mas, para além da força de nossa categoria, de quase 100 mil trabalhadores, precisamos compreender em que conjuntura lutamos: uma conjuntura de destruição de direitos trabalhistas, rebaixamento salarial, e desemprego nas alturas.”

A partir daí o Boletim retoma a necessidade da luta geral e nacional, o que tem como um passo necessário organizar um “Dia Nacional de Lutas”, que deve ser a retomada das greves gerais, que coloquem contra a parede os governos e os capitalistas, de modo a não se alimentar as ilusões com as eleições burguesas que se avizinham.

Como nos últimos meses, o boletim levanta a campanha internacionalista do CERQUI pelo fim da Guerra na Ucrânia, que entrelaça a crise mundial do capitalismo ao atual conflito e levanta as bandeiras que podem unificar o proletariado russo, ucraniano e europeu.

São Paulo

Câmara de Vereadores aprova o PL 428

Derrota imposta aos trabalhadores é de responsabilidade da direção do SINPEEM

O prefeito Nunes (MDB) conseguiu aprovar, no dia 16/08, o PL 428/22, que trata, entre outros pontos, do índice de reajuste proposto ao funcionalismo municipal. O placar foi de 35 a favor, 16 contra, e 1 abstenção. O conteúdo final é o seguinte: reajuste, retroativo a maio, de 5% a todos os trabalhadores da Educação, ativos e aposentados, com direito à paridade; para o piso, que corresponde às primeiras referên-

cias da carreira, se aplicará 32%, na forma de abono; reajuste do Auxílio-Refeição e do Vale-Alimentação; milhares de cargos de analistas foram extintos (como consta nos Artigos 29, 62 e 75); para os outros setores, além da Educação, os reajustes variaram, em grande medida, entre 10% e 16%, com poucos casos acima disso. Trata-se, enfim, de uma derrota dos trabalhadores.

Foi uma derrota, pois: 1) os 5%, mesmo

somados aos reajustes do Auxílio-Refeição e do Vale-Alimentação, estão muito abaixo da inflação, configurando uma situação de perda salarial para a Educação. O próprio SINPEEM, maior sindicato da categoria, apresentou ao governo a exigência de cerca de 45%; 2) o percentual referente ao abono não possui qualquer previsão de incorporação. O artigo 87 diz, ainda, que, sobre o abono, incidirá a contribuição para

a aposentadoria – o que é, evidentemente, um escárnio com os trabalhadores, dado que abocanhará uma parte dos rendimentos, que não será recuperada futuramente. O nome disso é confisco; 3) a extinção de cargos, além do óbvio prejuízo, está inserida no quadro mais amplo de avanço da terceirização/privatização.

no campo da independência de classe dos trabalhadores, lançando um chamado às centrais, movimentos sociais, etc. Essa era a linha-mestra, que evidentemente deveria ser esmiuçada em medidas concretas de mobilização. Nada disso foi feito.

Sem os trabalhadores nas ruas, lutando com o método da ação direta, não ha-

iniciante, significará R\$ 71,28. Para enganar, propõe 32,77%, na forma de gratificação para os pisos salariais. Para um ATE chegar a 1.878,60 reais, como fará para sobreviver? É uma vergonha. Os próprios sindicatos sempre consultaram o DIEESE, para calcular o valor do salário mínimo que deveria ter no país, que hoje é R\$ 6.388,55. Esses 32% não representam nem a metade do que o trabalhador e sua família têm de ganhar, para poder pagar aluguel, condução, comida. Então, companheiros, o principal motivo para nós combatermos o PL 428 é porque ele não serve para nenhum trabalhador. A inflação está alta. Os preços estão dobrando, e o prefeito aparece com a esmola dos 5%. Além de tudo isso, o PL está reafirmando os subsídios, porque é gratificação e não incorpora para aposentadoria. O governo pode tirar, à hora que quiser. O terceiro ponto, para dizer não ao PL 428, é porque vai destruir cargos. O pessoal da Saúde perguntou: por que será que vai fechar cargos? Porque esses prefeitos, governadores, presidentes, etc. foram eleitos com o dinheiro dos banqueiros, para representar os ricos. Têm como objetivo reduzir cada vez mais os cargos efetivos, e ampliar os terceirizados.

O problema é que os nossos sindicatos não estão rejeitando o PL. O SINPEEM, o maior sindicato, está apoiando, dizendo que a diretoria conseguiu que os professores não tivessem subsídios. Ora, se o maior sindicato não chama os trabalhadores para derrubar o PL, está contribuindo com o prefeito.

Companheiros, eu tenho duas coisas para falar com o Sindisep e as Centrais, CUT, Intersindical, CTB, etc. Uma é que estamos com uma moção de apoio a uma professora, que é de Caraguatatuba que está sendo perseguida, por quê? Em 2014 organizou a luta contra a escola de ensino integral. Na época, o governador era Alckmin, esse que hoje está na frente pela democracia junto com o Lula. Trata-se de uma campanha contra a perseguição política e defesa das liberdades democráticas. Outra, é um chamado para as centrais, sindicatos e movimentos rompam com a frente pela democracia, que fará o ato amanhã na Faculdade de Direito. É preciso rejeitar a unidade entre capital e trabalho. E defender a independência de classe, as reivindicações que unificam os trabalhadores e os métodos de luta próprios dos explorados. ■

A Corrente Proletária na Educação / POR rechaça a política e a avaliação da direção do Sinpeem. Responsabiliza a direção do sindicato, por não organizar a luta para pôr abaixo o PL do prefeito. Os valorosos lutadores, que compareceram em frente à Câmara nos dias 9, 10 e 16/8, o fizeram apesar do imobilismo da direção. No entanto, a lição que podemos extrair é que, sem a luta coletiva nas ruas, não é possível impor derrotas aos planos dos governantes.

E o que diz a direção do SINPEEM? No Comunicado publicado em seu site, não caracteriza como uma “derrota”. Ao contrário, diz que houve “conquistas”, que seriam: “não implementação do regime de subsídio” para a Educação (não deixou de frisar – como de costume – que se trata do único setor ainda não inserido nesse regime); e retroatividade a partir de 1º de maio deste ano. Conclui o burocrata: “Luta que segue pela incorporação e contra a terceirização”. Em síntese: não foi o que queríamos, mas foi o possível de conquistar. Será mesmo?

A burocracia sindical tenta camuflar seu imobilismo. Diz: “durante as negociações com o governo, foram realizadas mais de 10 reuniões, com a participação das Secretarias de Gestão, Educação, Casa Civil, o prefeito e o SINPEEM”. Na verdade, foi enrolada em mesas de negociação, que só refletiram o peso maior do governo, já que a categoria estava desmobilizada. O prefeito Ricardo Nunes e sua base aliada jogaram com os números, cientes de que estavam impondo perdas salariais aos trabalhadores. Por isso, quando a direção sindical assumiu e defendeu para a categoria a “não rejeição” do Projeto, concretamente serviu de canal de expressão da política do governo.

A política que a direção deveria ser outra: tinha de convocar, o quanto antes, as instâncias presenciais da categoria, para preparar a campanha salarial; tinha de realizar as assembleias nas ruas, com paralisação e em unidade com a base de todo o funcionalismo; construir a greve unitária e ativa e, por último, trabalhar pela união com outros setores dos trabalhadores, isto é, lutar para erguer a mais ampla aliança,

veria como constituir a correlação de forças favorável ao movimento. O governo certamente se imporia, pois, possui todo o aparato (jurídico, policial etc.) em suas mãos. A Câmara de Vereadores provou mais uma vez ser completamente dominada pelo prefeito – evidenciando o erro de alimentar ilusões no método da pressão parlamentar entre os trabalhadores. Por esse caminho, a derrota era previsível.

A Corrente Proletária na Educação / POR rechaça a política e a avaliação da direção do Sinpeem. Responsabiliza a direção do sindicato, por não organizar a luta para pôr abaixo o PL do prefeito. Os valorosos lutadores, que compareceram em frente à Câmara nos dias 9, 10 e 16/8, o fizeram apesar do imobilismo da direção. No entanto, a lição que podemos extrair é que, sem a luta coletiva nas ruas, não é possível impor derrotas aos planos dos governantes.

Este balanço é muito importante, uma vez que os ataques não cessaram. O PL 573, que versa sobre a terceirização das gestões escolares, ainda está em pauta na Câmara. Caso seja aprovado, resultará em mais uma grande derrota para os trabalhadores. É preciso intensificar a campanha para que o sindicato convoque a assembleia da categoria. É por aí que passará o verdadeiro combate ao PL 573, e pela incorporação do índice conquistado na forma de abono, além das demais reivindicações. É a categoria quem deve decidir sobre as bandeiras e sobre os métodos de luta.

Pronunciamento do POR

O PL 428 ataca salários do funcionalismo. Para a Educação, oferece os míseros 5% de reajuste. Para um ATE

São Paulo

V Congresso Regional da Capital da Afuse (sindicato dos funcionários de escolas)

No dia 27 de agosto, ocorrerá de forma presencial, o V Congresso Regional da Capital. A Corrente Proletária vem discutindo nas escolas a tese que apresentará nesse dia. Elaborou um jornal especial, para divulgar nas escolas e no dia do Congresso, haja vista que a burocracia do sindicato não elabora um Caderno de Teses com as contribuições das correntes, que travam um combate à direção petista, que controla o sindicato há décadas.

A Tese da Corrente Proletária inicia com uma avaliação da situação internacional e nacional. E conclui com as propostas a serem aprovadas pelo Congresso. Eis: 1) O fim da guerra na Ucrânia, sob as bandeiras do desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas na Europa, revogação das sanções econômicas e financeiras contra a Rússia, autodeterminação, integridade e retirada das tropas russas da Ucrânia; 2) A rejeição à provocação dos Estados Unidos à China e às medidas da OTAN aprovadas na Cúpula de Madri; 3) Fim da política das direções sindicais de conciliação de classes, que sustentam o capitalismo putrefato; 4) A defesa da independência de classe dos organismos dos trabalhadores e dos métodos próprios de combate ao sistema de exploração do trabalho; 5) A luta para pôr abaixo o capitalismo e a edificação do socialismo. Em relação à situação nacional, defende: 1) O combate às ameaças golpistas de Bolsonaro com os métodos próprios dos trabalhadores (greves, manifestações, bloqueios, ocupações); 2) O rechaço à assinatura do Manifesto da Fiesp e Febraban por parte da CUT, UNE e outros organismos dos trabalhadores e estudantes; 3) A democracia operária, que se assenta nas assembleias, nos comitês de luta, e em todas as formas de decisão coletiva dos explorados; 4) Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, que sirva de preparação para a greve geral, por empregos, salários, direitos, moradia, saúde e educação.

Um dos pontos da Tese se refere às tarefas das centrais e sindicatos. Propõe que o Congresso se coloque: 1) por uma verdadeira campanha contra as reformas trabalhista e previdenciária e contra a Lei da Terceirização; 2) pela constituição dos comitês de luta de empregados e desempregados; 3) por um reajuste geral dos salários de acordo com a elevação do custo de vida; 4) uma luta contra as medidas antieducacionais dos governantes; 5) pelo fim

das PEIs, abertura de todas as salas e turnos fechados. Em defesa de um único sistema de ensino, público, gratuito, laico, voltado à produção social; 6) pela bandeira: “Nenhum jovem sem trabalho, nenhum jovem fora da escola”.

A Tese destaca os graves problemas enfrentados pelos funcionários de escolas, entre eles o avanço da terceirização e a eliminação de direitos. Sobre a terceirização, defende que: 1) a Afuse assuma a luta dos trabalhadores terceirizados, como parte da luta dos trabalhadores da Educação. Um só movimento, com assembleias e reuniões conjuntas; 2) a luta pelo fim da terceirização e a efetivação de todos os trabalhadores terceirizados. Levante a bandeira da estabilidade a todos; 3) a contratação imediata dos concursados. Que todas as escolas tenham a quantidade necessária de funcionários, como um dos meios de combater a superexploração do trabalho. Em relação ao “reenquadramento” imposto pelo governo, se posiciona: 1) pelo rechaço à Lei 1374/22 que divide os Agentes Escolares; 2) pela evolução unicamente pela via do tempo de serviço; 3) que todos os Agentes Escolares recebam imediatamente o mesmo salário dos que obtiveram uma evolução por meio de um curso superior e de formação profissional; 4) por um piso salarial, calculado pelas assembleias de base. Segundo o Dieese, esse piso deverá ser de R\$ 6.388,55, para manter uma família de 4 pessoas.

A Corrente Proletária faz um balanço da direção do sindicato. Rejeita a política de conciliação de classes da direção burocrática do sindicato, e defende um sindicato apoiado inteiramente na luta de classes, o que implica a constituição de uma direção classista.

Por fim, traz um ponto sobre o eleitoralismo, que tomou conta das direções sindicais. Eis: Que o Congresso Regional rejeite o democratismo, condene a política das centrais de assinar manifestos juntamente com os golpistas, Fiesp, Febraban e representantes da burguesia, que estiveram à frente na derrubada do governo de Dilma Rousseff. Que rejeite o pacto entre capital e trabalho em defesa da democracia burguesa. E que o Congresso se coloque por um Dia Nacional de Lutas, com paralisações, em favor de um plano próprio dos explorados de combate à fome e à miséria. Conclui com a bandeira: Não ao sindicalismo de conciliação de classes! Sim, ao sindicato de luta de classes! ■

Rio Grande do Norte – São Gonçalo do Amarante

Movimento Estudantil luta por suas reivindicações

No dia 6 de agosto, os estudantes da Escola Municipal Dom Joaquim de Almeida, organizados com sua pauta de reivindicações de 33 pontos (construção do prédio próprio da escola, condições de ensino, estrutura física das escolas, entre outros), procuraram o novo prefeito Eraldo Paiva (PT) para negociar. O prefeito não os recebeu, e mandou o assessor dizer que procurassem a Secretaria de Educação.

A comissão (representantes de estudantes e professores) reiterou a importância de se falar com o prefeito, mas, até a redação deste texto, o prefeito ainda não deu nenhum sinal de receber o movimento, mesmo diante de pautas tão urgentes, por se tratar das condições de ensino e trabalho da comunidade escolar. Diante

disso, o movimento decidiu indicar o dia 12/08 para se reunir com o prefeito. No entanto, pela rede social, um assessor tentou jogar a comissão para a Secretaria e, novamente, em assembleia escolar, foi decidido continuar tentando falar com o prefeito. Mais uma vez, houve outra assembleia para se decidir os rumos do movimento e a eleição do grêmio estudantil e, mais uma vez, o movimento manteve a decisão de que a negociação teria de ser com o prefeito. A determinação do movimento em reunir-se diretamente com o prefeito deve-se ao histórico de a Secretaria de Educação nada resolver, apenas faz promessas, que não são cumpridas.

Erguendo faixas nas ruas, com as bandeiras: “Alunos nas ruas, prefeito a culpa é sua” e “Queremos a construção de nossa escola”,

além de palavras de ordem no megafone, os estudantes caminharam da escola até a prefeitura. Lá, novamente, o movimento não foi atendido, pois, foi informado de que o prefeito havia viajado para outro estado, e que seria a secretária de Educação a responsável por falar com o movimento. Mas, como demorou, os estudantes decidiram ir em caminhada até a Secretaria. Fica cada vez mais claro para os estudantes que a Educação não é prioridade para a prefeitura, pois, tanto o prefeito quanto a secretária não dão importância em ouvir o movimento estudantil. Finalmente, a secretária recebeu os estudantes para dizer que não vai construir a escola, mas que está em licitação a construção de mais quatro salas no prédio da UAB e a climatização das salas. Caso não seja suficiente para a quantidade de alunos, a prefeitura pensa em municipalizar a Escola Estadual Dr. Otaviano, junto ao governo do Estado. A professora presente disse ser contra fechamento da escola, pois, prejudicará os estudantes e trabalhadores que ali estão. A secretária declarou também que não vai reformar a Escola Estadual Élia de

Barros, alegando que o prédio é do Estado, mesmo sabendo que há quatro turmas do município funcionando lá. Finalizada a reunião, a professora pediu um documento escrito com os pontos negociados, ficando a secretária de mandar no outro dia. A reivindicação principal – construção de uma nova escola – não foi atendida pela prefeitura. A Corrente Proletária considera que a construção de apenas de 4 salas não é suficiente para comportar os estudantes. A comissão decidiu passar os informes da negociação em Assembleia Escolar, para todos avaliarem a negociação com a secretária.

Nota-se que fica cada vez mais claro para o movimento estudantil que as instituições burguesas estão na contradição com as condições de existência das massas oprimidas. Se por um lado, a simples reivindicação de construção de uma escola é negligenciada pela prefeitura; por outro, o movimento estudantil vai percebendo que a resolução de seus problemas se dá por meio da democracia coletiva, e com o uso dos métodos próprios dos explorados. ■

São Paulo - USP

Balanço das eleições do Cefisma

As eleições do CEFISMA, ocorridas nos dias 30 e 31 de maio, contaram com 288 votos válidos, além de 3 nulos e 5 invalidados. A chapa Principia foi eleita com 147 votos (51%), à frente da Força Estudantil, com 112 votos (39%), e da Transição de Fase, com 29 votos (10%), tendo a campanha eleitoral ocorrido oficialmente entre 18 e 29 de maio, contando com um debate oficial organizado pela comissão eleitoral e um debate extraoficial organizado pelo Coletivo Prisma Gabrielle Weber. O processo eleitoral se deu mais de 2 anos após a paralisação das atividades presenciais no instituto, e sob dois fatores principais. O

os recursos do centro acadêmico – que em última instância pertencem ao movimento estudantil do IFUSP – sem ter subordinação às deliberações coletivas e esclarecimentos em assembleia, mesmo após a última assembleia de prestação de contas, muitos dos dispêndios ficaram pouco ou nada esclarecidos, e o documento de esclarecimento prometido ainda não foi publicado. Nesse contexto, chama atenção a vitória expressiva da chapa Principia, uma vez que seu programa cita apenas pontualmente a questão da permanência estudantil, sem apresentar quaisquer propostas concretas, e, em sentido oposto, toma

instrumento democrático e de luta próprio dos estudantes, não ter obtido maior projeção sobre os estudantes, por outro. Existem três principais fatores que podem ter tido papel central na determinação desse resultado, todos correlacionados. O primeiro fator trata-se da experiência com a última direção do centro acadêmico, que, com uma política burocrática e de aparelhamento, levou ao seu distanciamento de muitos estudantes, não, contudo, de modo que estes viessem a se aproximar de uma posição efetivamente combativa, mas sim de uma posição menos politizada. O segundo fator compreende as limitações da chapa Transição de Fase, em particular no que diz respeito ao tempo para ter se dedicado à campanha (a grande maioria de seus membros trabalha ou estuda na pós), sobretudo durante o período diurno. Nesse quadro, entrou de forma decisiva o terceiro fator, o vínculo da chapa Principia (ainda que não declarado formalmente) com a Atlético e outras entidades, de modo a garantir sua eleição muito mais pelo predomínio das relações pessoais estabelecidas por estas do que por um programa político. Essa tendência de despolitização, porém, não é restrita ao IFUSP, e muito menos é responsabilidade dos estudantes. É reflexo de uma tendência geral, expressa não apenas pela omissão das direções estudantis da USP como um todo – frente a tarefa de convocar os estudantes para lutar, por meio de seus métodos próprios, em defesa da permanência e contra o sucateamento e privatismo – mas também do país em geral, na medida em que as direções sindicais e partidos ditos de esquerda

O primeiro fator trata-se da experiência com a última direção do centro acadêmico, que, com uma política burocrática e de aparelhamento, levou ao seu distanciamento de muitos estudantes, não, contudo, de modo que estes viessem a se aproximar de uma posição efetivamente combativa, mas sim de uma posição menos politizada.

primeiro é o quadro de profundo ataque às condições de permanência estudantil, de sucateamento e de avanço do privatismo sobre a universidade – que se manifesta no âmbito dos circulares e bandeiras, déficit de professores e funcionários, falta de manutenção nos edifícios, vagas de moradia e bolsas estudantis insuficientes, dentre tantas outras vias. O segundo fator foi a política de omissão e de aparelhamento do centro acadêmico por parte da última direção, que, tendo participação do MUP/UJC/PCB, assumiu uma política avessa à democracia estudantil, trocando arbitrariamente os membros da direção sem convocar novas eleições, e utilizando

a Atlético – uma entidade historicamente despolitizada no movimento estudantil – como uma potencial “grande colaboradora” em uma revisão do estatuto do CEFISMA, uma vez que “atualizou recentemente seu estatuto com o apoio da Empresa Jr. da Faculdade de Direito do Largo São Francisco”, uma entidade por essência privatista. Nesse quadro, se faz necessário encontrar a explicação sobre a vitória de uma chapa com viés de despolitização, em meio aos inúmeros problemas atualmente enfrentados pelo movimento estudantil, por um lado; e o programa levantado pela Transição de Fase, orientado pela reabilitação do CEFISMA enquanto um

viram as costas para o atual quadro de fechamento de fábricas, repressão a greves (tal como ocorre atualmente na CSN), aumento da carestia de vida, e ataque aos direitos trabalhistas como um todo, para se atentar à campanha eleitoral, acreditando que a simples substituição de um governo burguês por outro será a solução mágica para os problemas materiais de todos os trabalhadores. Posição essa também referendada pela chapa Principia, na medida em que, se tratando de pautas externas à universidade, o único posicionamento que apresenta é a defesa do engajamento eleitoral por meio de uma “frente anti bolsonarista”, sem demonstrar a mínima preocupação frente a qualquer outro governo que venha a ser eleito. Sob essa perspectiva, a chapa Transição de Fase concebe que, assim como a última direção não se

reelegeu na medida em que sua política foi contraposta, pela conclusão de uma experiência prática, aos interesses de parte considerável dos estudantes, também será pela experiência prática, frente a contraposição da política da atual chapa eleita às necessidades elementares os estudantes, que será possível atestar se suas posições – a priori totalmente vagas em torno à permanência estudantil e ao combate ao sucateamento e ao avanço do privatismo sobre a universidade – poderão amadurecer e materializar uma real luta política em defesa dos interesses dos estudantes, ou se comprovarão, em sentido oposto, um completo viés de despolitização e afastamento de tal defesa, para atender interesses até o momento escusos e alheios ao movimento estudantil. Assim, visando a garantir ao movimento estudantil do IFUSP a res-

posta a essa questão, tendo em vista que um número não desprezível de estudantes que depositaram sua confiança política sobre a chapa, e concebendo que as eleições são apenas parte da luta política, a Transição de Fase decidiu se manter enquanto uma frente de ação no IFUSP, mobilizada em defesa dos pontos programáticos defendidos ao longo da campanha eleitoral, de modo a pressionar a direção eleita para se movimentar em torno a essas pautas, e manter o enfrentamento político a quaisquer posições que venham a se distanciar da concepção do CEFISMA enquanto um instrumento democrático de mobilização e luta próprio dos estudantes na defesa de suas reivindicações. Essa frente estará aberta a todos os estudantes que reconheçam a necessidade de defesa das posições já expressas pela Transição de Fase. ■

São Paulo

Plenária da Corrente Proletária da Educação

Lançamento da Revista Proletária nº 11

A Corrente Proletária/ POR realizou, no dia 14/8, o lançamento da Revista Proletária na Educação nº 11. A plenária contou com a participação da militância porista e simpatizantes. Na pauta, constavam os seguintes pontos: 1) informes das frentes de intervenção ligadas à Educação e 2) estudo de um dos artigos da Revista. Esta pauta corresponde a política do POR de vincular a teoria à prática.

No primeiro ponto, foi debatido o trabalho que tem sido feito com o último número do Boletim secundarista, o Juventude em Luta, discutiu-se o conteúdo geral e as distribuições nas escolas. Depois, foram dados os informes acerca do Congresso Regional da Afuse (funcionários de escola), a apresentação da Tese da Corrente Proletária e o trabalho de divulgação nas escolas, objetivando reunir os simpatizantes para a intervenção no Congresso, que será realizado no dia 27 de agosto. Sobre os docentes da rede estadual de SP, a discussão se concentrou na campanha contra a perseguição política à professora Perla, do Litoral Norte, por meio da coleta de assinaturas à moção junto aos sindicatos. Encerrando esse ponto da pauta, discutiu-se a intervenção do partido nas manifestações do funcionalismo municipal de SP, contra os PLs 428 e 573.



A partir dos informes, foram feitas considerações gerais, como a ofensiva dos governantes contra o funcionalismo, e a Educação, em particular; o avanço da burocratização dos sindicatos e entidades estudantis; a contenção do descontentamento dos trabalhadores por parte das direções sindicais; a submissão da CUT, Força Sindical, etc. à Carta da Fiesp e Febraban em defesa da democracia burguesa; e o eleitoralismo das direções sindicais e da esquerda reformista e centrista, materializado no bloqueio às lutas.

No ponto sobre o estudo, houve a apresentação dos artigos que compõem a revista, destacando seu conteúdo principal, e mostrando que os artigos compõem uma unidade, que se expressa na defesa do programa da educação da Corrente Proletária. Em seguida, selecionou-se um artigo que trata da rica experiência de luta no campo da Educação contida na Revista Hombre Nuevo, que foi publicada entre fevereiro de 1995 e abril de 1997, na Bolívia. A discussão concentrou nos subitens do artigo intitulados “O combate às reformas neoliberais” e “Combate à Reforma Educacional do Banco Mundial”. Procuramos demonstrar, a partir da leitura, a essência privatista e de precarização da Educação contida nessas “reformas” – na verdade, tratam-se de contrarreformas. Nesse sentido, os paralelos com a realidade brasileira da atualidade se mostraram inevitáveis. Por fim, cabe destacar a passagem lida e debatida, que diz: “O homem novo será produto da sociedade sem classes e sem Estado, sem explorados e exploradores. A escola e a universidade funcionarão como instrumentos que contribuam à formação deste homem, que se humanizará através da realidade (conhecimento) e sua assimilação (teoria), na produção social”.

POR participa do programa “Papo de classe e de luta”, da TV A Comuna

O Partido Operário Revolucionário foi convidado pelo canal do Youtube “TV A Comuna” para um debate virtual, acerca do tema: “Eleições 2022: que posição os marxistas devem adotar?”. O convite foi aceito e a atividade se realizou no dia 11 de agosto, mesmo dia dos “atos pela democracia”, convocados pela burguesia, por intelectuais e sindicalistas. Essa coincidência de data permitiu que expuséssemos a profunda contradição que existe entre a política proletária, revolucionária e a política burguesa, encarnada por essa frente ampla em nome da democracia. Trazemos aqui uma síntese da discussão, lembrando que o conteúdo na íntegra está disponível na internet. O programa se chama “Papo de classe e de luta” e contou com dois militantes do POR, além da mediação de um companheiro do canal, o qual iniciou com as devidas apresentações, inclusive com uma explicação sobre o nome “TV A Comuna”, dado que a iniciativa surgiu há dois anos, quando da memória dos 150 anos da Comuna de Paris.

O primeiro companheiro iniciou a sua saudação agradecendo o convite, e colocando que o POR também reivindica a memória da Comuna de Paris, como primeira revolução proletária, embora derrotada, como uma experiência de grande valor para a luta revolucionária. Em seguida, levantou a importância de debater o tema das eleições, dentro de seu contexto, que é de crise mundial do capitalismo, de acirramento das tendências bélicas. O segundo

camarada também fez os agradecimentos, destacando a importância desses espaços de discussão, tendo em vista que a política proletária é sempre impedida de se expressar nos grandes meios. Daí a necessidade de que o conteúdo chegue ao maior número de trabalhadores, em especial da classe operária, porque é ela quem sofre com uma profunda crise de direção, e por isso precisa conhecer e discutir a política revolucionária.

O mediador retomou a palavra, fazendo menção às interações do chat. Vale destacar uma pergunta, feita por um dos companheiros que estava assistindo: “qual o significado da ‘carta aos brasileiros em defesa da democracia’?”. Esse e outros questionamentos foram respondidos durante as intervenções. A palavra foi passada então, por vinte minutos, ao primeiro camarada do POR. Este iniciou, colocando a importância de se compreender o momento em que se dá a disputa eleitoral, considerando que a participação ou não, e como participar, depende de vários elementos. Trata-se de um aspecto da tática, e esta é determinada pela estratégia, também pela própria realidade – o que vale não só para a intervenção nas eleições, mas para a ação em geral dos revolucionários. Vivemos um momento muito delicado, de acirramento da crise, em que o imperialismo ameaça a humanidade com a sombra de uma possível terceira guerra mundial, diante da agudização das tendências bélicas. Temos uma guerra em curso, que é a guerra na Ucrânia, que determina os elementos centrais da conjuntura internacional e nacional. A presença de Nancy Pelosi em Taiwan é um tempero a mais na situação política mundial. A provocação dos Estados Unidos é um elemento de risco, que acontece logo após a Cúpula de Madri – fato de grande importância no contexto em que vivemos, pois, estabeleceu uma orientação de ataque e cerco à Rússia, como

já se vê com a guerra na Ucrânia, colocando os Estados Unidos e a OTAN, de um lado, contra a aliança entre os russos e a China.

Na base de todo esse processo, encontra-se a crise do capitalismo, que se arrasta, pelo menos, desde 2008-2009, e que expressa o esgotamento histórico do modo de produção capitalista. Não se tem como discutir as eleições no Brasil, sem debater essas premissas, sem levar em conta esses dados da conjuntura. A Cúpula de Madri colocou a guerra comercial entre EUA e China num patamar mais elevado, inclusive colocando em relevo as ameaças militares, de um lado e de outro, com as movimentações de tropas, com o aumento do orçamento ligado ao aparato bélico. Isso tudo indica um acirramento bastante grave da crise estrutural do capitalismo. Ao mesmo tempo, percebe-se que a partilha do mundo, decidida após a Segunda Guerra, está em suspensão, sendo questionada. A guerra na Ucrânia demonstra isso claramente, assim como a ameaça sobre Taiwan, enfim, todos esses conflitos revelam

que a crise obriga o imperialismo a uma atitude mais agressiva. Na raiz da crise, por sua vez, encontramos o desenvolvimento das forças produtivas, com uma potencialidade imensa, em contradição com as relações de produção monopolistas e em choque com as fronteiras nacionais. O capitalismo se vem arrastando de crise em crise. Não há como entender o esgotamento da democracia burguesa, do ponto de vista histórico, sem recorrer à análise des-

ses elementos da economia.

O companheiro prosseguiu dizendo que, no centro dessa conjuntura, o conflito na Ucrânia tem uma particular importância. Nesse momento, um comentário no chat apontou sobre a oportunidade de estar conhecendo um partido como o POR. O camarada aproveitou para responder, falando que o POR no Brasil é um partido embrionário, que faz parte do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI), uma organização que reivindica o legado de Marx, Engels, Lênin e Trotsky. O CERQUI também congrega o POR da Argentina, um comitê construtor no Chile e o seu pilar, que é, sem dúvida, o POR boliviano. O CERQUI tem uma campanha em curso sobre a questão da guerra na Ucrânia. O Jornal Massas, que sai quinzenalmente e é o principal porta-voz do partido, um organizador coletivo, segundo a concepção leninista de partido, tem estampado em todas as suas capas, desde janeiro, a campanha pelo fim da guerra, e mais uma série de bandeiras. Estamos pelo desmantelamento da OTAN e de todas as bases militares dos EUA na Europa e no mundo. Nesse momento de acirramento das tensões entre China e Taiwan, estamos com uma campanha de “Fora os EUA de Taiwan e da Ásia”. Temos levantado a bandeira de revogação de todas as sanções econômico-financeiras sobre a Rússia – algo extremamente importante, pois, se reflete diretamente sobre o Brasil. As eleições aqui ocorrerão num quadro de intensificação da crise econômica, com o crescimento da miséria, com o desemprego nas alturas, etc. O POR levanta também a bandeira da autodeterminação da Ucrânia e da retirada das tropas russas deste país, pela defesa da sua integridade territorial. Essa guerra é de dominação. A Rússia foi empurrada para esse conflito, porque o cerco imposto pela OTAN

Estamos pelo desmantelamento da OTAN e de todas as bases militares dos EUA na Europa e no mundo. Nesse momento de acirramento das tensões entre China e Taiwan, estamos com uma campanha de “Fora os EUA de Taiwan e da Ásia”.

obrigou a Rússia a recorrer à ocupação do território ucraniano. De um lado, o imperialismo norte-americano utiliza a Ucrânia como bucha de canhão, e a Rússia, por sua vez, se vê na obrigação de usar a Ucrânia como escudo.

O problema é que está ausente uma saída com independência de classe por parte dos oprimidos da Ucrânia, da Rússia e do mundo inteiro. A única força social que pode brevar a guerra na Ucrânia, assim como as tendências bélicas em geral, que pode enfrentar a crise do capitalismo e seus efeitos nocivos fora e aqui no Brasil, é o proletariado, em aliança com os demais oprimidos. É preciso que o proletariado esteja à frente, dirigindo os combates. E é importante falar das lutas, porque elas estão explodindo aqui e acolá. Temos visto que existe uma tendência de as massas enfrentarem os efeitos nocivos da crise. Vemos acontecer explosões espontâneas, instintivas das massas, como se deu em praticamente toda a América Latina, inclusive dentro do nosso próprio país, como as greves que estouram, apesar da política das centrais, da burocracia sindical, isto é, daqueles que encabeçam de fato o movimento dos trabalhadores. O que se repete em outros países. Em um momento de guerra, de acirramento da crise, os explorados reagem como podem, têm recorrido aos seus próprios métodos. A questão é que toda essa explosividade, ditada pelas condições concretas a que as massas estão submetidas, está sendo conduzida ao beco sem saída do reforço das ilusões democráticas. A ausência de uma direção revolucionária, tanto aqui no Brasil quanto em escala internacional, é o problema número um que temos de enfrentar. Este problema está em nossas mãos. Depende de nós, erguer o partido mundial da revolução socialista. Não há saída progressiva por dentro do capitalismo. Este só tem a oferecer a barbárie, a guerra, miséria, fome, desemprego. O POR tem um trabalho em porta de fábrica – e para nós isso é decisivo, estamos voltados o tempo todo para essa tarefa de ganhar o proletariado para as nossas ideias – e os operários sempre nos repetem a mesma coisa: o salário que recebemos é uma merda, as condições de vida vão de mal a pior. Os explorados vêm de um período duro, com dois anos de pandemia, momento em que ficaram completamente à mercê dos patrões, porque as direções sindicais e políticas, as esquerdas de maneira geral, se esconderam debaixo das cobertas – em que pese o risco que representava, não se trata de minimizar a gravidade da doença. A questão é que os explorados não tinham opção e continuam não tendo, precisam recorrer aos seus métodos próprios de luta para enfrentar os desafios da conjuntura. Nesses dois anos de pandemia (a qual não fez mais do que acirrar a crise que já estava desenhada, basta lembrar que em 2019 as massas estavam tomando as ruas no Equador, no Chile e em todo lugar), as direções simplesmente se negaram a organizar as lutas, se negaram a colocar a luta dos oprimidos em seu próprio campo, o que favorece uma saída burguesa para a crise econômica e pandêmica. As massas continuam sofrendo os efeitos de toda essa destruição, continuam sofrendo com os reflexos da crise, inclusive anterior à Pandemia, a exemplo da reforma trabalhista e da previdenciária. Essa é a saída burguesa para a crise: é destruir forças produtivas, é avançar sobre os salários, e destruir direitos, conquistados com muita luta pela classe operária mundial e brasileira, pelos trabalhadores em geral. Essa orientação permanece, porque a crise que eclodiu em 2008-2009 não se resolveu. Na verdade, essa quebra é expressão de um esgotamento que remonta aos anos 1970. Depois da Segunda Guerra, há um período de crescimento, obviamente provocado pela maciça destruição de forças produtivas, foram cerca de 60 milhões de vidas perdidas, etc. Desde os anos 1970, porém, o capitalismo embarcou numa crise que, de fato, nunca

conseguiu solucionar. A situação mundial agora está marcada ainda por esses traços. A crise obriga os explorados a uma saída independente, e se não refletirmos isso durante a nossa intervenção no período eleitoral, diante da disputa interburguesa que está dada, se não puxarmos esses fios da história, se não compreendermos a situação internacional, se não entendermos os determinantes que se impõem por cima da economia e da política nacional, ficamos perdidos, ficamos reféns diante da polarização entre duas candidaturas burguesas – que, embora não sejam idênticas, são burguesas. O proletariado tem de assumir a dianteira do processo, com o seu programa da revolução e ditadura proletárias, do socialismo. A intervenção dos marxistas nas eleições se dá com o esse programa, o mesmo programa com o qual vamos lutar pelo fim da guerra na Ucrânia, e com o qual vamos agrupar os revolucionários do mundo todo, nesse esforço pela reconstrução da Quarta Internacional. O companheiro, então, passou a palavra ao próximo orador.

A intervenção dos marxistas nas eleições se dá com o esse programa, o mesmo programa com o qual vamos lutar pelo fim da guerra na Ucrânia, e com o qual vamos agrupar os revolucionários do mundo todo, nesse esforço pela reconstrução da Quarta Internacional.

Antes, o mediador do debate voltou a ler brevemente alguns comentários e perguntas do chat. Em seguida, passamos à discussão dos problemas nacionais, em especial à questão das eleições. Caracterizamos esse movimento pela democracia como “claramente burguês” e “como parte do processo eleitoral”. Por isso, o POR não participou e não convocou para esse movimento. Mas, o mais importante era entender que se tratava do ápice da conciliação de classes no movimento social brasileiro. Isso foi expresso, tanto pela mídia burguesa, como a Globo, como por sindicalistas, na seguinte frase: “esta é uma aliança entre capital e trabalho”. No debate, nos expressamos da seguinte forma: “Esse é o ponto mais alto que já chegou a conciliação de classes do movimento social no Brasil, isso porque os movimentos sociais, as principais centrais sindicais como a CUT e CTB, dirigidas pelo PT e PCdoB, mas também a Força Sindical, e outros movimentos como o Movimento negro, Movimento Sem Terra, Sem Teto etc., todos eles, assinaram uma carta junto com o capital, junto com a burguesia, formando uma grande frente, junto com a Febraban e a Fiesp”, e “as centrais todas se colocaram a reboque disso, abandonaram completamente qualquer ideia de independência de classe, que é a forma do proletariado combater”. Por fim, “o programa proletário deve combater qualquer ameaça golpista, qualquer aventureirismo, qualquer tentativa de suprimir o voto popular, mas é preciso se utilizar dos métodos próprios, de um programa próprio. E esse programa próprio parte das reivindicações mais elementares dos trabalhadores, do proletariado, ele não parte da abstração da defesa da democracia, parte [da necessidade] de colocar os trabalhadores em luta, e para colocar a maioria oprimida do país em luta é preciso levantar as bandeiras das reivindicações próprias, o emprego, os salários e os direitos”. Assim, expressamos que o combate ao golpismo se dá no terreno da luta de classes, colocando as massas em luta por suas reivindicações: “o pobre, o miserável, o que está passando fome, o desempregado etc., não sai na rua em defesa da democracia, eles saem na rua em defesa de suas necessidades, e esse movimento é que vai poder elevar-se ao ponto de combater o golpismo, as ameaças de fechamento de regime que estão sendo colocados por Bolsonaro”.

É preciso compreender todas as etapas do processo eleitoral, que não começou agora, mas sim desde o começo da Pandemia. A política burguesa do isolamento social foi já um movimento de colaboração de classes, assim como foi a campanha pelo “Fora Bolsonaro” e impeachment. Esse percurso, determinado pelo petismo através de seus braços no movimento sindical, popular e estudantil, foi, ao longo de 2020 e 2021, preparando o terreno para as eleições. Neste sentido, o POR está condicionado a defender o voto nulo, e manter sua luta para organizar a classe operária e demais explorados por suas reivindicações, sem esperar que o próximo governo burguês que se formar vá resolver seus problemas. Assim, o voto nulo está colocado em um cenário de profundo avanço da conciliação de classes, de paralisação do movimento social por mais de um ano, de traição das direções sindicais diante do golpe, da reforma trabalhista, da reforma da Previdência e do fechamento de fábricas, do rebaixamento salarial, etc., e da impossibilidade de uma candidatura própria, que utilize as eleições como uma tribuna onde os revolucionários possam fazer a propaganda de suas ideias e convocação das massas para a luta com seus métodos próprios, que são os métodos da ação direta coletiva.

O voto nulo do POR corresponde à preservação da independência de classe, é um voto em favor da construção do partido revolucionário. Se somos obrigados a atuar no processo eleitoral, dadas as ilusões das massas, o faremos para combater essas mesmas ilusões. Das urnas, sairá necessariamente um governo burguês.

Expusemos ainda os princípios gerais que regem os marxistas nas disputas eleitorais. Em primeiro lugar, a ideia de que não se deve ter qualquer ilusão na possibilidade de os revolucionários atuarem “por dentro” do Estado burguês. Nossa defesa é a de destruir o Estado Burguês e construir o Estado Operário, sob o regime de um governo operário e camponês, que é a expressão governamental da ditadura do proletariado. Por outro lado, isso não significa se abster, se anular nesse processo, “os marxistas devem estar onde as massas estão, o que não significa que eles devem ter um candidato [...] a tática eleitoral para os revolucionários é usar as eleições como uma tribuna, para fazer a propaganda da revolução e das ideias revolucionárias”. Ainda nesse sentido, fizemos a crítica àquelas “candidaturas que se colocam como revolucionárias, mas na sua defesa, na sua propaganda eleitoral, acabam se propondo a gerenciar o Estado Burguês”. Aqui, fizemos a crítica ao chamado Polo Socialista “criado pelo PSTU, com participação do MRT e outros agrupamentos [...], ele surgiu nas eleições, mas o PSTU se negou a colocar seus sindicatos e o seu partido nas ruas na Pandemia, se negou a formar uma frente em defesa das necessidades dos explorados, por emprego, por salário, por direito [...]”. No 1º de 2021, eles [o PSTU] se negaram a fazer um primeiro de maio presencial. Ou seja, se negaram a formar um ‘polo de luta’, mas quando chegaram as eleições, formaram o ‘polo socialista’”. Por isso, caracterizamos como uma expressão do oportunismo eleitoral. Concluímos esse bloco de exposições no debate com a seguinte ideia: “O que está por trás de todo esse processo eleitoral que descrevemos aqui, essa crise profunda? É a crise de direção revolucionária do proletariado. Esse é o grande desafio que temos de enfrentar [...]. O proletariado está desarmado política e ideologicamente, ele não tem o seu programa, ele não tem o seu partido, ele não tem seu partido

internacional, que foi destruído com o revisionismo [que penetrou] na IV Internacional”. Nossa tarefa é “lutar para superar a crise de direção do proletariado, é esse nosso trabalho”.

Como uma última consideração, decidimos responder uma pergunta de um camarada que acompanhava o debate. A pergunta dele foi bem simples e direta: “E se Bolsonaro ganhar?”, nossa resposta também procurou ser simples e direta: “O programa do POR não muda de acordo com esse ou aquele governo burguês, ou seja, independente de quem ganhar, o POR, no dia seguinte, vai estar na porta das fábricas levando a política do proletariado para combater o governo burguês que se elegeu, seja Bolsonaro, seja Lula, no dia seguinte estaremos na porta das fábricas levando nosso boletim Nossa Classe [...] combatendo o governo burguês que se formou, trabalhando para organizar a classe para que ela possa forjar suas direções próprias e assim combater a burguesia e todos os seus lacaios”.

Nas considerações finais, os companheiros retomaram algumas questões, entre elas um breve histórico do POR, sobre o processo de formação do partido revolucionário, o que passa por penetrar no seio das massas, particularmente no proletariado, com o programa. Colocamos a necessidade de organizar os explorados a partir de suas reivindicações mais sentidas. Daí a importância de cobrar das centrais sindicais, das direções do movimento, que convoquem um Dia Nacional de Lutas, como forma de preparar a greve geral no país. Está aí a via para enfrentar a barbárie capitalista. O voto nulo do POR corresponde à preservação da independência de classe, é um voto em favor da construção do partido revolucionário. Se somos obrigados a atuar no processo eleitoral, dadas as ilusões das massas, o faremos para combater essas mesmas ilusões. Das urnas, sairá necessariamente um governo burguês. O caminho das massas, no sentido de sua libertação, não passará pelas eleições. Os revolucionários, quando atuam nas eleições, o fazem para defender o método da ação direta, a democracia operária, que as massas avancem a partir de sua própria experiência. Temos de enfrentar a tarefa de enraizar o partido da revolução proletária, atuando desde as portas de fábricas, pois, quando as massas se entroncam com o seu partido, que empunha o marxismo, a concepção materialista e o método dialético, transformam o instinto em ação consciente. A revolução será de massas, ou não será. Os erros do passado devem servir para forjar uma verdadeira vanguarda, capaz de dirigir os explorados. Nesse caminho, os revolucionários terão de enfrentar os reformistas, os centristas, os estalinistas. A crise de direção revolucionária se deve em grande medida às mãos sujas do estalinismo. O reformismo também deu a sua contribuição no sentido da preservação do regime burguês. O POR comparece diante dos trabalhadores apontando outro caminho. É preciso aplicar o método do Programa de Transição da Quarta Internacional. Defendemos as ideias de Trotsky, porque permanecem vigentes. É com o marxismo-leninismo-trotskismo que vamos enfrentar a crise do capitalismo, vamos combater a burguesia. As tendências fascizantes serão combatidas com os métodos da luta de classes, e não com as urnas. Só vamos combater de fato a ultradireita bolsonarista erguendo os sindicatos, retomando os organismos históricos das mãos das burocracias. O POR atuará nas eleições com a mesma política que atua no cotidiano, com a política consciente do proletariado.

Terminamos a participação no debate agradecendo o convite, fazendo uma saudação aos camaradas, e colocando a necessidade de pôr fim à guerra na Ucrânia, com as bandeiras levantadas pelo CERQUI. Convidamos os companheiros a conhecerem e militarem no POR!

Curso de Formação política do POR

Elevar a assimilação do marxismo-leninismo-trotskismo como guia para a ação revolucionária

No dia 7 de agosto, foi realizado, em São Paulo, o curso de formação política, dando sequência ao estudo das formulações de Lênin e Trotsky sobre a guerra, burocratização do regime soviético e autodeterminação das nações oprimidas.

No dia 10 de abril, após um mês da guerra na Ucrânia, o curso se concentrou nas explicações de Lênin e Trotsky sobre a autodeterminação. Foram discutidos dois artigos: “Carta aos operários e camponeses da Ucrânia em função das vitórias sobre Denikin” e “A questão ucraniana”.

No mês seguinte, 8 de maio, o curso se voltou ao estudo de dois artigos de Lênin: “O Socialismo e a Guerra” e o “Programa Militar da Revolução Proletária”. Juntamente com esse estudo, que reuniu militantes e simpatizantes do partido, foram divulgados dois folhetos, como parte da campanha internacionalista desenvolvida pela Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI): “Fundamentos e princípios do marxismo-leninismo-trotskismo” e “Sobre o direito à autodeterminação das nações” e “O Socialismo e a Guerra”.

No mês de julho, o POR-Brasil realizou uma Escola de Quadros, conforme orientação do CERQUI às suas seções. Nessa ocasião, foram estudados extratos de duas obras: “A Revolução Traída”, Leon Trotsky, 1936; e a “A Contrarrevolucionária Perestroika”, Guillermo Lora, 1990.

Quando a guerra na Ucrânia completou 5 meses, o POR divulgou um folheto, que reúne as Declarações do CERQUI, intitulado: “Cinco Meses de Guerra na Ucrânia (Coletânea de Declarações do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional) – Pelo fim da guerra na Ucrânia!”. Assim, o curso de 7 de agosto esteve concentrado no estudo coletivo das duas últimas Declarações: “Novo Plano da OTAN – Somente o proletariado organizado pode interromper a ofensiva imperialista contra a Rússia e a China”, de 5 de julho; e “Cinco meses de guerra- Sem a unidade revolucionária da classe operária europeia e mundial para pôr fim à guerra, não haverá uma solução e paz progressivas, e cresce o perigo de uma guerra generalizada, uma terceira guerra mundial”, de 24 de julho.

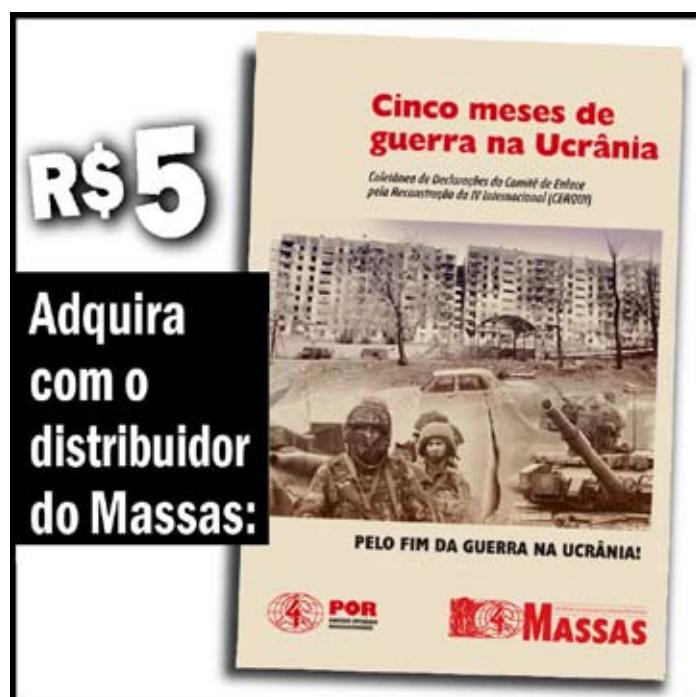
Três observações sobre o método utilizado nesses estudos sobre a guerra na Ucrânia: 1) uma breve colocação política sobre a campanha internacionalista do CERQUI e sobre os documentos que seriam discutidos; 2) reunião em grupos e, em seguida, uma plenária onde os grupos expuseram suas principais conclusões e outras considerações; 3) divulgação do trabalho prático junto às fábricas e movimentos, momento em que os simpatizantes também vão se incorporando às atividades do partido.

Estudo realizado em 7 de agosto

Na apresentação inicial, Atilio destacou os seguintes aspectos: 1) o esforço do CERQUI em mostrar a profunda crise mundial e suas brutais consequências para as massas oprimidas. Depois da Segunda Guerra Mundial, esse momento tem sido um marco de ruptura da ordem estabelecida pelas potências, onde as tendências bélicas do imperialismo comparecem como sendo a sua principal resposta à crise econômica. A prolonga-

da guerra na Ucrânia e a provocação desfechada por Nancy Pelosi à China comparecem no centro da política hegemônica dos Estados Unidos contra a Rússia e a China; 2) As decisões da Cúpula de Madri e o avanço da escalada militar da OTAN para a região do Indo-Pacífico, intensificando o cerco sobre a segunda potência econômica, a China; 3) O acerto dos prognósticos de Lênin após a 1ª Guerra Mundial, que ressaltavam que o capitalismo na fase imperialista é de decomposição, de guerras, revoluções e contrarrevoluções. Às vésperas da 2ª Guerra Mundial, Trotsky retomou esse prognóstico, dizendo que os acordos pós-guerra entre os países vencedores seriam provisórios. Foi o que ocorreu com a imposição do Plano Marshall, estratégia do imperialismo norte americano para conter o avanço soviético, no início da “Guerra Fria”. A expansão da OTAN e a “Guerra Fria” vieram para cumprir esse objetivo; 4) A situação exige uma resposta proletária, como o único caminho para superar a crise de direção revolucionária. Nesse sentido, o CERQUI tem feito um chamado aos explorados a reagirem à guerra na Ucrânia, com seu programa e política próprios. Levanta as bandeiras: “Pelo fim da OTAN. Imediata retirada das bases militares da Polônia, Romênia e outros países. Expulsão dos Estados Unidos da Europa. Pelo fim do desmembramento e anexação territorial da Ucrânia! Pela reintegração de russos e ucranianos em Donetsk e Luhansk! Pela união da classe operária contra a guerra, pelo fim do capitalismo e pela retomada da transição do capitalismo ao socialismo! Pela derrota do nacionalismo pró-imperialista e restauracionista! Pelo internacionalismo proletário! Não à guerra! Sim, à revolução socialista”.

Após a apresentação, os grupos discutiram as Declarações indicadas e coube à plenária a síntese das principais conclusões. A atividade concluiu com um Viva ao curso de formação marxista do POR! VIVA!



82 anos do assassinato de Trotsky

Memória eterna a Leon Trotsky!

No Jornal Massas anterior, iniciamos nossa homenagem a Leon Trotsky, assassinado em 20 de agosto de 1940. A homenagem é a demonstração da necessidade da vanguarda revolucionária de assimilar ampla e profundamente as formulações programáticas e teóricas do revolucionário bolchevique. Stalin arrancou a vida de Trotsky da maneira mais traiçoeira que se pode fazer. Esse ato ignominioso será carregado para sempre pelos estalinistas, inclusive aqueles que hoje reconhecem os crimes de Stalin. Publicamos no Massas 670 uma breve biografia de Trotsky, e o artigo “Pode a democracia parlamentar substituir os Soviotes?”. A sua escolha se deveu à orientação de Trotsky na luta contra a burocracia estalinista e a possibilidade de triunfar a contrarrevolução restauracionista na URSS, caso o proletariado não conseguisse retomar o poder do Estado operário degenerado, e realizar profundas reformas na democracia soviética e nas di-

retrizes econômico-sociais, bem como reerguer o internacionalismo marxista.

O artigo que publicamos neste número do Massas, intitulado “É necessário construir partidos comunistas e uma nova Internacional”, documenta o momento em que Trotsky reorienta a Oposição de Esquerda Internacional a modificar o objetivo de recuperar a III Internacional estalinizada. Assim se passa, devido ao reconhecimento de que Stalin e seus asseclas haviam capitulado diante das pressões do imperialismo, e, em particular, da Alemanha, que se preparava para um novo confronto mundial. A revisão da posição de permanecer como fração na III Internacional, e de se lançar a construir os partidos comunistas, bem como preparar as condições para a edificação de uma nova Internacional, se deveu às mudanças concretas que determinaram a decomposição da III Internacional e a sua falência como instrumento da revolução mundial. Confirmou-

se o prognóstico histórico de que a URSS não poderia “chegar ao socialismo sem que se produza a revolução proletária no Ocidente, os bolcheviques-leninistas russos, contando unicamente com suas próprias forças e sem construir uma verdadeira Internacional proletária, não poderão regenerar o partido bolchevique, nem salvar a ditadura do proletariado”.

A derrocada da URSS, em dezembro de 1991, demonstra, desgraçadamente, pela negativa, o mais completo e rigoroso acerto da luta de Trotsky pela construção da IV Internacional. Esse acerto se materializa no Programa de Transição, com o qual lutamos para superar a crise de direção, nas condições de profunda desintegração do capitalismo, cujo sintoma mais contundente se manifesta na guerra na Ucrânia, no choque dos Estados Unidos com a China, e na escalada da miséria e fome que atingem os explorados em todo o mundo.

Abaixo, publicamos o artigo mencionado.

É necessário construir partidos comunistas e uma nova Internacional

Trotsky, 15 de julho de 1933

A Orientação de Reforma do Comintern

Desde o dia de sua fundação, a Oposição de Esquerda se colocou a tarefa de reformar e regenerar a Comintern, mediante a crítica marxista e o trabalho fracional interno. Em uma série de países, especialmente na Alemanha, os acontecimentos dos últimos anos demonstram esmagadoramente a natureza desastrosa das táticas do centrismo burocrático. Mas a burocracia estalinista, munida de recursos extraordinários, conseguiu, não sem êxito, contrapor seus interesses e preconceitos de casta às exigências do processo histórico. Como resultado disso, a Comintern não avançou no sentido da regeneração, retrocedeu à corrosão e à desintegração.

Mas a orientação voltada à “reforma”, tomada em seu conjunto, não foi errônea: representou uma etapa necessária para o desenvolvimento da ala marxista da Comintern; foi uma oportunidade para educar os quadros bolcheviques-leninistas, e não passou sem deixar sua marca sobre o conjunto do movimento operário. Durante toda essa etapa, a política da burocracia estalinista refletiu a pressão da Oposição de Esquerda. As medidas progressivas, adotadas pelo governo da URSS, que serviram para frear a ofensiva do Terroir, foram apenas migalhas tardias da Oposição de Esquerda. Em todas as seções da Comintern se observaram manifestações semelhantes, ainda que em menor escala.

Devemos acrescentar que o grau de degeneração de um partido revolucionário não pode ser calculado a priori, somente sobre a base de sintomas. É indispensável verificá-lo à luz dos acontecimentos. Do ponto de vista teórico do ano passado, ainda era incorreto acreditar que os bolcheviques-leninistas, baseando-se na exacerbação da luta de classes, não poderiam obrigar a Comintern a tomar o caminho da luta contra o fascismo. Nesse mesmo momento, o SAP alemão procurar independizar-se. Essa atitude não afetou o curso dos acontecimentos, precisamente porque, no mo-

mento crítico, as massas esperavam que suas velhas organizações as dirigissem politicamente.

Ao seguir uma política de fração, ao educar seus quadros com base na experiência dessa política, a Oposição de Esquerda não se ocultou, a si mesma nem aos demais, que uma nova derrota do proletariado, provocada pela política do centrismo, adquiriria inevitavelmente um caráter decisivo, e exigiria uma drástica revisão de nossa posição a respeito da disjuntiva: fração ou partido.

A mudança de orientação

Não há nada mais perigoso na política do que cair prisioneiro de suas próprias fórmulas, que ontem foram apropriadas, mas que hoje carecem por completo de sentido.

Do ponto de vista teórico, a derrubada do PC alemão abriu dois caminhos à burocracia estalinista: revisão total da política e do regime, ou, pelo contrário, estrangulamento total de todos os sinais de vida nas seções da Comintern. A Oposição de Esquerda se guiou por essa possibilidade teórica, quando, ao levantar a consigna de um novo partido na Alemanha, deixou colocada a interrogação sobre o destino da Comintern. No entanto, esclareceu que bastariam algumas semanas para ter a resposta, e que eram mínimas as esperanças de que fosse favorável.

O que ocorreu a partir de 5 de março – a resolução da presidência do CEIC sobre a situação alemã, a aceitação silenciosa dessa vergonhosa resolução por todas as seções, o congresso antifascista de Paris, a linha oficial do Comitê Central no exílio do PC Alemão, o destino do Partido Comunista Austríaco, o do Partido Comunista Búlgaro etc. – demonstra, de forma irrefutável, que a Alemanha selou, não só o destino do PC alemão, mas também o de toda a Comintern.

A direção de Moscou não se limitou a proclamar que a política

que garantiu a vitória de Hitler foi absolutamente correta; proibiu qualquer discussão sobre o que havia acontecido. E ninguém violou ou revogou essa proibição vergonhosa. Nada de congressos internacionais, nada congressos nacionais, nada de discussões nas reuniões partidárias, nada de polêmicas na imprensa. Uma organização que não despertou diante do troar do fascismo, e que se submete docilmente às infames práticas burocráticas, demonstra que morreu, e que nada poderá revivê-la. É nosso dever para com o proletariado e seu futuro dizer essa verdade, aberta e publicamente. Todo o nosso trabalho posterior deve ter como ponto de partida a derrocada histórica da Internacional Comunista oficial.

Realismo sim, pessimismo não!

O fato de que dois partidos, o social-democrata e o comunista, cujas respectivas origens estão separadas por meio século, e cujo ponto de partida foi a teoria marxista e os interesses de classe do proletariado, sofreram um tão triste fim – um por vil traição, o outro, por bancarrota – pode semear o pessimismo, inclusive entre os operários de vanguarda. *“Que garantia existe de que a nova geração revolucionária não terá o mesmo destino?”* Aqueles que exigem garantias antecipadamente deveriam renunciar à política revolucionária. As causas da derrocada da social-democracia e do comunismo oficial não devem ser buscadas na teoria marxista, nem nos defeitos daqueles que a aplicaram, mas sim nas circunstâncias concretas do processo histórico. Não se trata da contraposição de princípios abstratos, mas sim da luta de forças históricas vivas, com seus inevitáveis fluxos e refluxos, com a degeneração das organizações, com o desaparecimento de gerações inteiras, e com a necessidade de que isso implica mobilizar novas forças em uma nova etapa histórica. Ninguém se preocupou em preparar ao proletariado o caminho do levante revolucionário. É preciso avançar, com inevitáveis estagnações e retrocessos, por um caminho crivado de inúmeros obstáculos, e da escória do passado. Aqueles que se assustam diante dessa perspectiva farão um bem em se afastar.

Como explicamos o fato de que nosso grupo, cujas análises e prognósticos foram testados pelos acontecimentos, cresça tão lentamente? É preciso procurar a causa no curso geral da luta de classes. A vitória do fascismo arrasta milhões. Os prognósticos políticos são acessíveis a milhares e milhares que, por outro lado, sofrem a pressão de milhões. Uma tendência revolucionária não pode pretender vitórias espetaculares em um momento em que o proletariado como um todo sofre as piores derrotas. Mas isso não é justificativa para permanecer de braços cruzados. É precisamente nos períodos de refluxo revolucionário, quando se formam e temperam os quadros que mais adiante serão chamados a dirigir as massas.

Novos reveses

As numerosas tentativas realizadas até agora de criar um “segundo partido” ou uma “quarta internacional” foram produtos da experiência sectária de grupos isolados e círculos “desiludidos” do bolchevismo; portanto, seu fracasso foi, em todos os casos, inexorável. Nosso ponto de partida não é a “insatisfação” e a “desilusão” subjetivas, mas a marcha objetiva da luta de classes. Todas as circunstâncias do desenvolvimento da luta de classes exigem imperiosamente a criação de uma nova organização de vanguarda, e sentem-se as premissas necessárias para fazê-lo.

A desintegração da social-democracia é um processo paralelo de derrocada da Comintern. Por mais profunda que seja a reação no seio do próprio proletariado, milhares de trabalhadores em todo o mundo já devem estar colocando-se o problema do curso que seguirá a luta, e de uma nova organização de forças. Milhares se unirão no futuro próximo. Exigir desses operários – uma parte dos quais rompeu indignada com a Comintern, enquanto a maio-

ria não pertenceu à Comintern, nem sequer em seus melhores anos – que aceite formalmente a direção da burocracia estalinista, que é incapaz de esquecer ou aprender qualquer coisa, expressa uma atitude quixotesca, e impede a formação da vanguarda proletária.

Sem dúvida, nas fileiras das organizações estalinistas, há comunistas sinceros, que nossa nova orientação provocará temor ou indignação. Alguns poderão conjuntamente transformar a simpatia em hostilidade. Mas, devemos nos guiar pelo critério das massas, não por considerações sentimentais e pessoais.

No momento em que milhões de operários, especialmente na Alemanha, rompem com o comunismo, alguns para cair no fascismo e a maioria na indiferença, milhares e milhares de operários social-democratas, chocados pela mesma derrota, evoluirão para a esquerda, para o comunismo. No entanto, nem vale a pena mencionar a possibilidade de que aceitem a direção estalinista, desacreditada sem atenuantes.

Até agora, essas organizações socialistas de esquerda nos culpavam por nossa recusa em romper com a Comintern, para construir partidos independentes. Essa importante diferença foi superada pela marcha do processo. Por isso, o problema passa, do plano formal e organizativo, ao programático e político. O novo partido só se elevará acima do velho só se for por seu programa, sua estratégia, sua tática e sua organização, baseando-se firmemente nas resoluções dos Primeiros Quatro Congressos da Comintern, se for capaz de assimilar as terríveis lições dos últimos dez anos.

Os bolcheviques-leninistas devem discutir abertamente com as organizações socialistas revolucionárias. Propomos discutir com base nos onze pontos aprovados em nossa pré-conferência (após modificar o ponto sobre “fração ou partido” de acordo com o que está expresso nestas teses). Desde já, estamos dispostos a debater atenta e fraternalmente com qualquer outra proposta programática. Podemos demonstrar e demonstraremos que a inflexibilidade nos princípios não tem nada a ver com esnobismo sectário. Demonstraremos que o cerne da política marxista consiste em atrair os operários reformistas para o campo revolucionário, e não empurrar operários revolucionários para o campo do fascismo.

A formação de organizações revolucionárias fortes, livres de toda responsabilidade pelos crimes e erros das burocracias centrista e reformista, armadas com um programa marxista, e uma clara perspectiva revolucionária, iniciará uma nova era no desenvolvimento do proletariado mundial. Essas organizações atrairão comunistas genuínos, que ainda não querem romper com a burocracia estalinista e, o que é mais importante, atrairão sob sua bandeira a jovem geração operária.

A URSS e o PCUS

A existência da União Soviética continua sendo, apesar do avançado estado de degeneração do Estado operário, um fato de enorme importância revolucionária. Sua queda provocaria uma etapa de reação terrível, que talvez duraria décadas. A luta pela defesa, reabilitação e fortalecimento do primeiro estado operário está indissoluvelmente ligada à luta do proletariado mundial pela revolução socialista.

A ditadura da burocracia estalinista foi o produto do atraso da URSS (predomínio do campesinato) e do atraso da revolução proletária no Ocidente (a ausência de partidos proletários revolucionários independentes). O domínio da burocracia estalinista provocou, por sua vez, não só a degeneração da ditadura do proletariado na União Soviética, como também um terrível enfraquecimento da vanguarda proletária em todo o mundo. A contradição entre o papel progressista do Estado soviético e o papel reacionário da burocracia estalinista é uma manifestação da “lei do desenvolvimento desigual”. Nossa política revolucionária deve tomar

como ponto de partida essa contradição histórica.

Aqueles que se dizem amigos da União Soviética (democratas de esquerda, pacifistas, brandleristas e outros) repetem o argumento dos funcionários da Comintern, de que a luta contra a burocracia estalinista, isto é, a crítica a sua política errônea, “ajuda a contrarrevolução”. Essa posição corresponde aos laiaos políticos da burocracia, mas jamais aos revolucionários. Somente uma política correta pode defender, interna e externamente, a União Soviética. As considerações de qualquer outro tipo são secundárias ou pura charlatanice.

O PCUS atual não é um partido, senão um aparato de dominação nas mãos de uma burocracia desenfreada. Dentro e fora dos marcos do PCUS, agrupam-se os elementos dispersos de dois partidos, o proletário e o termidoriano bonapartista. Por cima de ambos, a burocracia centrista trava uma guerra de aniquilação contra os bolcheviques-leninistas. Ainda que, de quando em quando, choque-se seriamente com seus semialiados termidorianos, os estalinistas aplainam o caminho para esmagar, estrangular e corromper o Partido Bolchevique.

Como a URSS não pode chegar ao socialismo sem que se produza a revolução proletária no Ocidente, os bolcheviques-leninistas russos, contando unicamente com suas próprias forças, e sem construir uma verdadeira internacional proletária, não poderão regenerar o partido bolchevique, nem salvar a ditadura do proletariado.

A URSS e a Comintern

A defesa da URSS diante da ameaça de intervenção militar se tornou uma tarefa mais urgente do que nunca. As seções oficiais da Comintern são tão impotentes neste terreno como em todos os demais. A defesa da URSS é para elas uma frase ritual, desprovida de qualquer conteúdo. Pretende-se compensar a insuficiência da Comintern com comédias indignas, como o congresso antiguerria de Amsterdã, e o congresso antifascista de Paris. A resistência da Comintern à intervenção militar dos imperialistas será ainda mais insignificante do que sua resistência diante de Hitler. Alimentar ilusões a respeito é caminhar para uma nova catástrofe com os olhos vendados. Para defender a URSS, são necessárias organizações autenticamente revolucionárias, independentes da burocracia estalinista, bem implantadas, que gozem do apoio das massas.

A criação e o crescimento dessas organizações revolucionárias, sua defesa da União Soviética, sua disposição constante de formar uma frente única com os estalinistas contra a intervenção e a contrarrevolução – tudo isso terá de enorme importância para o processo interno da república dos soviets. Os estalinistas, enquanto permanecerem no poder, terão menos possibilidade de escapar da frente única, na medida em que os perigos, tanto internos quanto externos, se tornem mais prementes, e na medida em que a organização independente da vanguarda proletária mundial adquira novas forças. A nova relação de forças servirá para debilitar a ditadura da burocracia, fortalecer os bolcheviques-leninistas na URSS, e abrir perspectivas muito mais favoráveis para a república operária.

Somente a criação da internacional marxista, totalmente independente da burocracia estalinista, e politicamente oposta a ela, poderá salvar a URSS da catástrofe, ligando o seu destino ao da revolução proletária mundial.

“Liquidacionismo”

Os charlatões burocráticos (e seus laiaos brandleristas) falam do nosso “liquidacionismo”. Repetem insensata e irresponsavelmente palavras tomadas do velho léxico bolchevique. Chamava-

82 anos do assassinato de Trotsky

se liquidacionismo a uma tendência que, sob o czarismo “constitucional”, negava a necessidade de um partido ilegal, porque procurava substituir a luta revolucionária pela adaptação à “legalidade” contrarrevolucionária. O que temos em comum como os liquidadores? Nesse sentido, é muito mais apropriado recordar os ultimatas (Bogdanov e Cia.), que reconheciam a necessidade de um partido ilegal, mas o transformavam em um instrumento para elaborar políticas totalmente errôneas; esmagada a revolução, colocaram que a tarefa imediata era preparar-se para uma insurreição armada. Lenin não hesitou em romper com eles, ainda que houvesse em suas fileiras mais de um revolucionário cabal. (Os melhores elementos, mais tarde, retornaram ao bolchevismo.).

São igualmente falsas as alegações dos estalinistas e seus laiaos brandleristas, de que a Oposição de Esquerda está preparando uma “conferência de agosto” contra os “bolcheviques”. Esta é uma referência ao ano de 1912, quando ocorreu uma das inúmeras tentativas de unificar bolcheviques e mencheviques. (O autor de uma dessas tentativas foi Stalin; não em agosto de 1912, mas em março de 1917!). Para que essa analogia tenha algum sentido, seria necessário reconhecer, em primeiro lugar, que a burocracia estalinista é a representante do bolchevismo; em segundo lugar, deveríamos propor a unificação da Segunda com a Terceira Internacional. Ninguém pode nem falar sobre isso! O objetivo dessa analogia absurda é ocultar o fato de que os oportunistas brandleristas procuram obter favores dos centristas estalinistas, sobre a base de uma anistia mútua, enquanto os bolcheviques leninistas colocam a tarefa de construir o partido proletário sobre bases principistas, provadas nas maiores batalhas, nas vitórias e derrotas da época imperialista.

O novo caminho

O objetivo dessa tese é chamar os camaradas a virar a página da etapa histórica que já terminou, e traçar novas perspectivas de trabalho. Mas o que foi dito, de nenhuma maneira, determina *a priori* os primeiros passos a serem dados, as mudanças táticas concretas, os ritmos e os métodos da virada para o novo caminho. Somente quando tivermos alcançado a unanimidade de princípios em relação à nova orientação – e nossa experiência anterior me leva a pensar que conseguiremos essa unanimidade – colocaremos na ordem do dia as questões táticas concretas, aplicáveis às circunstâncias imperantes em cada país.

Em todo caso, o que estamos discutindo não é se proclamamos a criação de novos partidos e uma internacional independente, mas que nos preparemos para isso. A nova perspectiva significa, em primeiro lugar, que tudo o que seja “reforma” dos partidos oficiais e reingresso dos militantes da Oposição neles deve ser descartado, como utópico e reacionário. O trabalho diário deve ser independente, estará determinado por nossas próprias possibilidades e forças, e não por critérios “fracionários” formais. A Oposição de Esquerda deixa de pensar e atuar como uma “oposição”. Torna-se uma organização independente, que traça seu próprio caminho. Não somente constrói suas próprias frações nos partidos social-democratas e estalinista, senão que realiza seu trabalho independente entre os operários sem partido e desorganizados. Cria suas próprias bases de apoio nos sindicatos, independentemente da política sindical da burocracia estalinista. Participa nas eleições sob a sua própria bandeira, ali onde as circunstâncias permitirem. Em relação às organizações operárias reformistas e centristas (incluindo as estalinistas), se guia pelos princípios gerais da política da frente única, e a aplicará sobretudo para defender a URSS da intervenção externa e da contrarrevolução interna.

(Extraído da obra *Escritos*, Leon Trotsky, tomo IV, 1932-1933, vol. 2, Editorial Pluma)

Nesta edição:

- **Bolívia:** Brutal repressão aos cocaleiros. / Repressão governamental: medida preventiva para evitar uma futura explosão social.
- **Argentina:** Até quando vamos suportar esta situação?.
- **Colômbia:** Trabalhar pela organização da vanguarda.
- **Lênin:** Democracia Burguesa e Democracia Proletária.

Artigos das Seções
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**

Brutal repressão aos cocaleiros



Milhares de cocaleiros da ADEPCOCA se mobilizaram, exigindo o fechamento do mercado paralelo, criado pelo MAS, marcharam demonstrando a unidade granítica dos cocaleiros das Yungas contra o grupo liderado por Alanes, apadrinhado por Evo Morales e os cocaleiros do Chapare.

Centenas de policiais armados até os dentes, mais uma vez, reprimiram brutalmente a marcha dos plantadores de coca, para proteger as instalações do mercado paralelo masista. A batalha campal durou o dia todo.

A “marcha pacífica das bandeiras brancas”, anunciada pelo grupo Alanes para o mesmo dia, teve de ser suspensa, devido à contundente maioria dos cocaleiros que defendem o mercado legal da coca em Villa Fátima.

Trata-se de um revés às pretensões do governo e de Evo Morales de impor uma ADEPCOCA paralela, como é seu costume, quando perdem o controle de algum setor social ou sindical. Mas, com os plantadores de coca dos Yungas, tem encontrado o último de seu sapato.

O governo já saiu com o argumento cansado de que os plantadores de coca Yungueño estão implicados na preparação de



um “novo golpe de Estado”, liderado de Santa Cruz por Facho Camacho e pelo Comitê Cívico de Santa Cruz.

As mobilizações dos produtores de coca de La Paz, dos médicos e profissionais de saúde do sistema público e do Fundo Nacional de Saúde, dos professores urbanos e rurais, dos transportadores etc. são genuínos movimentos reivindicatórios, impulsionados pela crise econômica, diante da incapacidade do governo de atender às suas reivindicações.

Não devemos nos deixar intimidar pelas mentiras do governo, de qualificar todos os protestos sociais como golpistas e camachistas, para justificar a repressão policial e os grupos de choque organizados pelo Ministério do Governo.

Por outro lado, as paralisações cívicas em Santa Cruz, em torno do censo, são sim lideradas pela extrema direita de Santa Cruz, o Facho Camacho e o Comitê Cívico de Santa Cruz, e têm a clara intenção de rearticular a velha direita contra o governo.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2711, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

Bolívia

Repressão governamental: medida preventiva para evitar uma futura explosão social

A primeira coisa que deve ser feita é diferenciar as mobilizações dos plantadores de coca de La Paz, do movimento de médicos e agentes de saúde do sistema público e do Fundo Nacional de Saúde, dos professores urbanos e rurais, dos transportadores, etc., da greve cívica de Santa Cruz. Têm objetivos e conteúdos políticos diferentes. Os primeiros têm um claro conteúdo reivindicatório, e estão ligados ao agravamento da crise econômica, que faz com que esses setores estejam à beira da asfixia econômica, e sejam forçados, por desespero, a sair às ruas para exigir do governo soluções imediatas aos seus problemas diários. A greve cívica de Santa Cruz, apoiada por setores que têm a esperança de que um novo pacto fiscal melhore – no futuro – a renda das regiões, eleva o objetivo do censo para 2023, mas que é capitalizado pela direção do extrema direita de Santa Cruz, liderada por Facho Camacho e pela Comissão Cívica de Santa Cruz.

Os primeiros visam legitimamente a resolver suas necessidades vitais, e a greve cívica procura polarizar a direita com o governo do MAS, mas choca-se com os interesses dos setores mais pobres, que também sentem raiva do governo, porque a greve significa muito sacrifício, que os priva de renda diária para alimentar a família, nessa medida, uma nova greve muito mais longa, provavelmente, seria um fracasso retumbante.

O governo tenta mostrar ambos os movimentos como parte de um único objetivo: desestabilizar a governabilidade de Luis Arce, para criar as condições para um novo “golpe de Estado”. Portanto, qualquer surto de agitação social é mostrado como de direita e golpista.

A campanha milionária, que se desenvolve nesse sentido, tem como objetivo isolar igualmente todos os inconformados e criar as condições para virar a opinião pública contra eles. Procura criar uma corrente popular a seu favor, para justificar uma política repressiva muito mais dura, contra todo tipo de mobilizações futuras. A violência que está exercendo contra os plantadores de coca ou a população cívica de Santa Cruz, longe de ortalece-la, está

gerando reações adversas na população. Os moradores de Villa Fátima e Villa El Carmen, na cidade de La Paz, cenários onde ocorre a brutal repressão aos cocaleiros, mostram uma clara parcialidade com os cocaleiros da ADEPCOCA legal, contra os do grupo Alanes, claramente identificados com o evismo, e manifestam a disposição de sair às ruas com o objetivo de expulsar o mercado ilegal de coca de Alanes, tão protegido pela polícia.

Outra variante da política repressiva do governo, há algum tempo, é que insiste em organizar grupos de choque contra as mobilizações dos diferentes setores com elementos claramente identificados com o partido no poder, e também contratar bate-paus contra os manifestantes. Em La Paz, os chamados “satucos” desempenham o papel de hospedeiros paramilitares à frente do bandido Gustavo Torrico, agora vice-ministro, e, nos últimos dias, procederam da mesma forma em Santa Cruz, liderados pelos ministros das obras públicas e do governo. Esse é um traço típico fascista que, no entanto, não tem chance de ser fortalecido, devido à fraqueza do governo de Arce Catacora.

O governo está ciente de que não tem como conter a agitação social satisfazendo as necessidades dos amplos setores mais carentes do país. Está ciente de que uma ameaça de explosão social se aproxima no horizonte, como resultado do agravamento da crise econômica. Assim, sabe que, para não ser esmagado pela fúria dos famintos, deve tomar medidas preventivas para impedir, por meio da repressão e da intimidação, a chegada de dias turbulentos, que podem acabar por tirá-lo do poder. É por causa desse perigo que, a partir de hoje, tenta dar contornos aterrorizantes aos abusos policiais, que não hesitam em invadir casas particulares para caçar os manifestantes. Mas, longe de atingir seu objetivo, os manifestantes se radicalizam ainda mais.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2711, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Argentina

ATÉ QUANDO VAMOS SUPORTAR ESTA SITUAÇÃO?

A CGT, as CTAs, as direções sindicais são responsáveis por que não haja uma resposta de conjunto, contundente, para frear os ataques e recuperar todo o que perdemos. Devemos lhes impor que se independizem do governo e dos patrões

Diante da grave crise social, o governo insiste em aprofundar as políticas que o FMI impõe e que aplica desde o começo. São políticas de ajuste permanente, que impedem recuperar sequer as condições de vida e trabalho que tínhamos. São políticas de saque dos nossos recursos. De total submetimento.

A situação que se vive é insuportável, a inflação crescente destrói nossos ingressos. O governo se mostra absolutamente incapaz de tomar alguma medida que freie tamanha expropriação dos nossos bolsos. E agora aposta na pior medicina, esfriar a economia, provocar uma recessão, recortar os orçamentos,

para tentar, dessa forma, conter a alta dos preços. Receitas que já fracassaram várias vezes no passado. Não se criam empregos genuínos. A questão do emprego é um problema central. São milhões de postos de trabalho que precisam ser criados. Pelo contrário, se precarizam as condições laborais.

A nomeação de Massa no ministério de Economia, outorgando-lhe o maior poder dentro do governo, tentou ser apresentada como a mudança de que se precisava. Mas, é mais do mesmo e pior, destinado a cumprir todas as recomendações do FMI, e satisfazer as demandas dos grandes capitalistas.

Quiseram vender que o acordo com o FMI não era de ajuste. Entretanto, todas as políticas que se aplicam deterioram as condições de vida e de trabalho da maioria, e não se recupera nem uma pequena parte de tudo que se perdeu nos últimos

anos. Os capitalistas têm ganhos extraordinários, crescem sua acumulação e concentração. É para eles que governa a Frente de Todos. Deste governo não se pode esperar nenhuma solução, senão, mais ataques.

O capitalismo vive uma etapa de decadência, de decomposição mundial. Não só não pôde defender a vida da maioria sob a Pandemia, senão que avançou o desemprego e a precarização trabalhista para dezenas de milhões de trabalhadores no mundo. Liquidam-se direitos conquistados há décadas, se produzem migrações massivas, para escapar da fome e das guerras, se provoca a guerra na Ucrânia, crescem a fome o desespero. Devemos tomar consciência de que o capitalismo está esgotado, que não há como reformá-lo, que sua sobrevivência empurra a humanidade à barbárie.

O governo nacional é arrastado por essa tendência, sem nenhuma vontade para enfrentá-la. Sua resposta sempre é “não se pode”. As grandes reformas “neoliberais” têm mais de quatro décadas, e nenhum governo que as continuou deu marcha a ré. A educação e a saúde foram provincializadas, e não houve retorno. O petróleo e a mineração passaram à jurisdição provincial, para facilitar a entrega, não houve marcha a ré. As dívidas fraudulentas foram reconhecidas, o saque em todas suas formas não se deteve. Fernández e Massa insistem nesse caminho. Já sabemos aonde nos leva. Nem uma grama de ilusão, nem trégua com suas políticas!

A resposta está nas mãos da classe operária e da maioria oprimida. Que não tem amarras com este sistema, e tem para oferecer uma política radicalmente distinta.

A CGT, as CTAs, as direções sindicais são responsáveis por que não haja uma resposta de conjunto, contundente, para frear os ataques e recuperar tudo que perdemos. Devemos impor-lhes que se independizem do governo e dos patrões.

A deterioração do salário e das aposentadorias, dos ganhos da maioria, o deterioração das condições trabalhistas, a falta de empregos, não encontram respostas por parte dos trabalhadores, porque as direções das centrais e a maioria dos sindicatos estão entregues ao governo e aos grandes patrões. Porque são partidários da conciliação de classes, porque trabalham para frear, sabotar e dividir as lutas dos trabalhadores. E têm grandes interesses próprios para defender, contra os interesses dos que supostamente deveriam representar.

Durante quase dois anos, o pretexto foi a Pandemia, e deixaram avançar os patrões, suspendendo e demitindo. Depois, o pretexto é que há que defender o governo, porque do contrário a direita voltaria, e seria pior. Escondem que é o próprio governo que se direitiza (basta ver sua política e a nomeação dos funcionários). Dizem que há que defender a Frente, porque no próximo ano haverá eleições, etc. Sempre pretextos para paralisar, para evitar responder à crise com nossas próprias reivindicações, com nossa organização e métodos de luta.

Massa e Fernández apostam a que as direções sindicais prosseguirão freando qualquer protesto, dando as costas às lutas, sustentando o governo. Poderão fazê-lo? Depende de as bases imporem a resposta de que precisam. Da rebelião dos trabalhadores, dos desempregados, dos aposentados, da juventude, que imponham a organização e os métodos para derrotar estas políticas antioperárias e antinacionais. Que unifique as lutas, que coordenem aos que querem lutar, e forneçam ao

movimento uma pauta de reivindicações e uma estratégia política. É necessário exigir uma greve nacional ativa e um plano de lutas em defesa própria.

Por isso, é tão importante que a vanguarda reflita sobre a etapa que estamos vivendo e a necessidade de mostrar uma política completamente distinta, que parta do desconhecimento da dívida externa e todos os acordos com os organismos internacionais, que estatize os bancos e o comércio exterior, que recupere para o estado toda a mineração e os hidrocarbonetos, que recupere os rios e os mares, as alfândegas e os portos, e exproprie a grande propriedade latifundiária, e imponha um verdadeiro plano de obras públicas para criar empregos genuínos (habitações, esgotos, água corrente, escolas, hospitais, locomotivas, vagões, estradas de ferro, barcos, dragas, etc.).

A experiência do Chile, da Bolívia e do Peru, mostra as promessas dos governos esquerdistas se esgotam muito rápido. Não há como conciliar nossas necessidades mais urgentes com os interesses das multinacionais, dos banqueiros e latifundiários. Se não se liquida a grande propriedade, não há forma de desbloquear as forças produtivas.

Estas medidas que afetam a uma ínfima minoria nacional e estrangeira, que controla os meios de produção, nos permitirão acabar com o caos atual, poderemos planejar a economia em nosso próprio interesse. Esses grandes meios de produção serão socializados. Estas tarefas elementares para reverter o desastre que vivemos não será tomada por nenhum governo que respeite a grande propriedade privada, que defenda a exploração capitalista. Estas medidas não serão votadas pelo Congresso, não serão impostas por uma Assembleia Constituinte, nem por meio de eleições. Somente serão possíveis por meio de uma autêntica revolução social protagonizada pelas grandes majorias, acaudilhadas pela classe operária. Não há outra via. Há que ajudar às massas a que se desprendam das ilusões de que sob o capitalismo seria possível recuperar as conquistas que soubemos alcançar. Já não é possível.

A experiência do Chile, da Bolívia e do Peru, mostra as promessas dos governos esquerdistas se esgotam muito rápido. Não há como conciliar nossas necessidades mais urgentes com os interesses das multinacionais, dos banqueiros e latifundiários. Se não se liquida a grande propriedade, não há forma de desbloquear as forças produtivas.

- ***Por um salário e aposentadorias mínimos igual ao custo de vida!***
- ***Acabar com o desemprego, com trabalho genuíno para todos!***
- ***Acabar com os parasitas especuladores: desconhecer a dívida externa e todos os acordos com o FMI e os credores privados. Fora os planos, auditorias e controles do FMI. Expropriar todas as empresas e recursos vitais para a economia. Nacionalizar o comércio exterior, e estatizar todo o sistema financeiro integrando-o num único sistema.***

Colômbia

Trabalhar pela organização da vanguarda

Em 7 de agosto, Gustavo Petro tomou posse como novo presidente da Colômbia. Pela primeira vez, a esquerda reformista assume o comando do Estado burguês no país. O que se refletiu na grande manifestação de massa, e nas elevadas ilusões democráticas no dia da posse.

No quadro desagregador do regime burguês, é que as ilusões das massas no novo governo serão rapidamente postas à prova. O fato de que mais da metade da população habilitada não foi votar assinala que uma grande parcela das massas acredita pouco ou nada em resolver seus problemas pelas vias democrático-formais. Permanecem latentes as tendências de luta nacional da maioria oprimida contra seus opressores, que despontaram em 2019 e 2021. Tudo indica que a permanência dos estragos da crise capitalista obrigará as massas a exigir do novo governo uma imediata resposta e solução a seus problemas e, mais cedo ou tarde, entrarão em choque com Petro.

Ocorre que a esquerda burguesa está em piores condições que na década de 2000, em que os governos nacional-reformistas assumiram o comando do Estado na Venezuela, Brasil, Bolívia, Argentina e Equador, momento em que o crescimento econômico favorecia à conciliação de classes e, assim, à governabilidade burguesa. A expansão dos negócios capitalistas permitia a esses governos equacionarem a luta de classes, concedendo ganhos salariais e subsídios sociais, ainda que limitados

Diferentemente, o governo pequeno-burguês de Petro assume em um momento de completa desagregação econômica em que a burguesia mundial e semicolonial realiza uma ofensiva brutal contra as condições de vida das massas, e verifica-se uma profunda decomposição da democracia e crescimento das tendências de luta de classes, em toda a parte. Eis por que o “programa de governo” (reforma agrária, reforma fiscal, pacificação do país, etc.) e a farsa da disposição em favor da “vida e paz” e de um “grande acordo nacional”, visando a um país “justo e seguro”, mais cedo ou tarde, desmancharão, quando submetidos à força das violentas contradições sociais.

É essa situação objetiva que deve ser compreendida pela vanguarda classista e marxista, e traduzida na linguagem de um programa para a luta de classes, em defesa das reivindicações vitais dos explorados. Trata-se de ajudar às massas a generalizar e assimilar a experiência dos levantes operários e populares do passado e elaborar um plano nacional e comum de reivindicações. É avançando na construção de um partido marxista-leninista-trotskista, ligado estreitamente à luta reivindicativa e aos organismos das massas, que ajudaremos os oprimidos colombianos a superarem suas ilusões democráticas no governo, a desenvolverem suas organizações independentes, e a aproximarem-se da estratégia revolucionária de poder.

Publicamos o capítulo “Democracia Burguesa e Democracia Proletária”, do livro “A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky”, Lênin, de dezembro de 1918. O objetivo é o de retomar a rica experiência da democracia operária na Revolução Russa.

Hoje, devido aos enormes retrocessos do movimento mundial do proletariado, os capitalistas e seus partidos, apoiados no imperialismo, fazem propaganda sistemática sobre as bondades da democracia burguesa. Isso quando a decomposição econômica, a miséria das mas-

sas e a luta de classes se refletem na política burguesa em geral, na forma de apodrecimento da democracia. É necessário, portanto, trabalhar e defender sistematicamente a edificação da democracia proletária.

Abaixo publicamos o capítulo.

Democracia Burguesa e Democracia Proletária

Lênin, dezembro de 1918

O problema que é tão descaradamente confundido por Kautsky, na realidade, apresenta-se assim.

A não ser para burlar o senso comum e da história, é claro que não se pode falar de “democracia pura”, enquanto existirem classes diferentes, pode-se falar apenas de democracia de classe. (Digamos, entre parênteses, que “democracia pura” é não só uma frase estúpida, que revela a incompreensão, tanto da luta de classes como da natureza do Estado, mas também uma frase triplamente vazia, uma vez que na sociedade comunista a democracia se extinguirá, em um processo de mudança e de transformação habitual, mas nunca será democracia “pura”).

A “democracia pura” é uma frase mentirosa de um liberal que procura enganar os operários. A história conhece a democracia burguesa, que substituiu o feudalismo, e a democracia proletária, que substitui a democracia burguesa.

Quando Kautsky dedica dezenas de páginas a “demonstrar” a verdade de que a democracia burguesa é progressiva, em comparação com a medieval, e que o proletariado obrigatoriamente deve utilizá-la na sua luta contra a burguesia, isso na realidade não é senão charlatanice de liberal, para enganar os operários. Trata-se

de uma obviedade, não só na culta Alemanha, como também na inculta Rússia. Kautsky joga simplesmente areia “cultu” nos olhos dos operários, quando, com ar importante, fala de Weitling, e dos jesuítas do Paraguai e de muitas outras coisas, a fim de evitar falar da essência burguesa da democracia moderna, isto é, da democracia capitalista.

Kautsky toma do marxismo o que é aceitável para os liberais, para a burguesia (a crítica da Idade Média, o papel histórico progressista do capitalismo, em geral, e da democracia capitalista, em particular), e descarta, silencia e oculta tudo o que no marxismo é inaceitável para a burguesia (a violência revolucionária do proletariado contra a burguesia para destruí-la). Por isso, em virtude de sua posição objetiva, e seja qual for a sua convicção subjetiva, Kautsky demonstra inevitavelmente ser um laiaço da burguesia.

A democracia burguesa, apesar de ser um grande avanço histórico, em comparação com a Idade Média, continua sendo sempre – e não pode deixar de continuar a ser sob o capitalismo – estreita, truncada, falsa e hipócrita, um paraíso para os ricos, e uma armadilha e um engano para os explorados, para os pobres. Essa verdade, que constitui a parte essencial dos ensinamentos

de Marx, não foi compreendida pelo “marxista” Kautsky. Neste problema – o fundamental – Kautsky oferece “o aceitável” para a burguesia, em lugar de uma crítica científica das condições que fazem de qualquer democracia burguesa uma democracia para os ricos.

Começemos por recordar ao muito douto senhor Kautsky as proposições teóricas de Marx e Engels, que o nosso letrado vergonhosamente “esqueceu” (para agradar a burguesia), e depois explicaremos as coisas de maneira mais popular possível.

Não só o Estado antigo e feudal, mas também “o moderno Estado representativo é um instrumento de exploração do trabalho assalariado pelo capital” (Engels, em sua obra sobre o Estado): “Como, portanto, o Estado é uma instituição meramente transitória, que se utiliza na luta, na revolução, para submeter pela violência os adversários, é um absurdo falar de um Estado popular livre: enquanto o proletariado necessitar do Estado, não o necessitará em função da liberdade, mas para dominar seus adversários, e apenas torna-se possível falar de liberdade, o Estado, como tal, deixará de existir” (Engels, na carta a Bebel, de 28 de março 1875). “O Estado não é senão uma máquina para que uma classe reprimam a outra, e na república democrática não é menos que na monarquia” (Engels, no prefácio à Guerra Civil na França, de Marx). O sufrágio universal é “o indicador da maturidade da classe operária. Não é nem será jamais outra coisa no Estado atual” (Engels, na sua obra sobre o Estado. O senhor Kautsky ruma em forma extraordinariamente aborrecida a primeira parte desta tese, aceitável para a burguesia. Mas a segunda parte, que assinalamos, e que não é aceitável para a burguesia, o renegado Kautsky passa por alto). “A Comuna devia ser um organismo administrativo, e não parlamentar, executivo e legislativo ao mesmo tempo (...). Em lugar de decidir uma vez a cada três ou seis anos que membros da classe dominante iriam representar e reprimir o povo no Parlamento, o sufrágio universal deveria servir ao povo, organizado em Comunas, como o sufrágio individual serve a todos os patrões para buscar operários, capatazes e contabilistas para sua empresa”. (Marx, na obra sobre a Comuna de Paris, A Guerra Civil na França).

Cada uma destas teses, que o douto senhor Kautsky conhece perfeitamente, é para ele uma bofetada, e descobre toda a sua traição. Em nenhuma parte de seu folheto, Kautsky revela a mínima compreensão destas verdades. Todo o conteúdo de seu folheto é uma burla do marxismo!

Tomemos as leis fundamentais dos Estados contemporâneos, tomemos seus governos, tomemos a liberdade de reunião ou de imprensa, tomemos a “igualdade dos cidadãos perante a lei”, e veremos, a cada passo, a hipocrisia da democracia burguesa, que tão bem conhece todo operário honesto e com consciência de classe. Não existe um só Estado, por mais democrático que seja, cuja constituição não ofereça alguma escapatória ou reserva, que garanta à burguesia a possibilidade de enviar tropas contra os operários, de decretar a lei marcial etc., “no caso da alteração da ordem pública”; na realidade, no caso de que a classe explorada “altere” sua situação de escravidão, ou tente a se comportar como escrava. Kautsky embeleza, desavergonhadamente, a democracia burguesa, e omite dizer, por exemplo, como a burguesia mais democrática e republicana da América do Norte ou Suíça trata os operários em greve.

Oh! o sábio e douto Kautsky se cala diante dessas coisas! Este douto político não compreende que não dizer nada sobre esse assunto é uma infâmia. Prefere relatar aos operários contos infantis, como, por exemplo, o de que a democracia significa “defesa da minoria”. É incrível, mas é um fato! No ano de 1918, no quinto ano da matança imperialista mundial, e do estrangulamento das minorias internacionalistas (isto é, aqueles não traíram vilmente o socialismo, como fizeram os Renaudel e os Longuet, os Scheidemann e os Kautsky, os Henderson e os Webb, etc.), em todas

as “democracias” do mundo, o douto senhor Kautsky canta com uma voz doce, muito doce, a “defesa da minoria”. Quem desejar, pode ler na página 15, do folheto de Kautsky. E na página 16, esse douto ... indivíduo fala dos whigs e dos tories do século XVIII, na Inglaterra!

Oh, quanta erudição! Oh, quanto refinado servilismo perante a burguesia! Oh, civilizada maneira de rastejar diante dos capitalistas e lambear as botas! Se eu fosse Krupp ou Scheidemann ou Clemenceau ou Renaudel, pagaria milhões ao senhor Kautsky, o recompensaria com beijos de Judas, o elogiaria diante dos operários, recomendaria a “unidade socialista” com gente tão “respeitável” como ele. Escrever folhetos contra a ditadura do proletariado, falar dos whigs e dos tories do século XVIII na Inglaterra, afirmar que democracia significa “defesa da minoria”, e não dizer nada sobre os pogromes contra os internacionalistas na “democrática” república da América do Norte, não é isso prestar serviços de laia à burguesia?

O douto senhor Kautsky “esqueceu” – provavelmente por causalidade ... – uma “ninharia”: que o partido governante na democracia burguesa somente cede à defesa da minoria a outro partido burguês, enquanto o proletariado, em todo o problema sério, profundo e fundamental, recebe a lei marcial ou pogromes, em lugar da “defesa da minoria”. Quanto mais desenvolvida é a democracia, tanto mais próxima se encontra do pogromes ou da guerra civil em qualquer caso de profunda divergência política perigosa para a burguesia. O douto senhor Kautsky podia ter estudado esta “lei” da democracia burguesa, em relação ao caso Dreyfus na França republicana, no linchamento de negros e de internacionalistas na democrática república da América do Norte, no caso da Irlanda e do Ulster, na democrática Inglaterra, na perseguição dos bolcheviques e na organização dos pogromes contra eles, em abril de 1917, na democrática república da Rússia. Cito intencionalmente exemplos, não só do tempo da guerra, mas também do tempo de antes da guerra, do tempo de paz. O meloso senhor Kautsky prefere fechar os olhos diante desses fatos do século XX, e contar aos operários coisas espantosamente novas, notavelmente interessantes, inusitadamente instrutivas e incrivelmente importantes sobre os whigs e os tories no século XVIII.

Tomemos o parlamento burguês. É possível que o douto Kautsky não tenha ouvido falar nunca que os parlamentos burgueses estão tanto mais submetidos, à Bolsa e aos banqueiros, quanto mais desenvolvida está a democracia? Isso não significa que não se deva utilizar o parlamentarismo burguês (e os bolcheviques o utilizaram, provavelmente, melhor que nenhum outro partido no mundo, porque, em 1912-1914, conquistamos toda a bancada operária da IV Duma. Mas disto decorre que só um liberal pode esquecer, como faz Kautsky, as limitações históricas e o caráter convencional do sistema parlamentar burguês. Inclusive no Estado burguês mais democrático, o povo oprimido tropeça a cada passo, com a flagrante contradição entre a igualdade formal, proclamada pela “democracia” dos capitalistas, e as inúmeras limitações e subterfúgios reais, que tornam os proletários em escravos assalariados. É precisamente essa contradição, o que está abrindo os olhos do povo diante da podridão, falsidade e a hipocrisia do capitalismo. É precisamente esta contradição que os agitadores e propagandistas do socialismo denunciam constantemente diante das massas a fim de prepará-las para a revolução! E agora, que começou uma era de revoluções, Kautsky vira-lhe as costas, e dedica-se a celebrar os encantos da agonizante democracia burguesa.

A democracia proletária, em que uma de suas formas é o Poder Soviético, produziu um desenvolvimento e uma proliferação da democracia sem precedentes no mundo, precisamente, para a

imensa maioria da população, para os explorados e trabalhadores. Escrever todo um folheto sobre a democracia, como fez Kautsky, no qual se dedicam duas páginas à ditadura e dezenas de páginas à “democracia pura”, e não notar isto, significa tergiversar por completo as coisas, como um liberal. Tomemos a política exterior. Em nenhum Estado burguês, nem mesmo no mais democrático, se a pratica abertamente. Em toda a parte, se engana o povo, e, nas democráticas França, Suíça, América do Norte, Inglaterra, se faz de um modo cem vezes mais amplo e refinado que em outros países. O poder soviético arrancou revolucionariamente o véu do mistério que encobria a política exterior. Kautsky não o notou. Nada diz sobre isto, ainda que na época de guerras de rapina e de tratados secretos para “partilhar esferas de influência” (isto é, para partilhar o mundo entre os bandidos capitalistas), este fato tem uma importância capital, porque dele depende a questão da paz, a questão da vida ou da morte de dezenas de milhões de pessoas.

Tomemos a estrutura do Estado. Kautsky se agarra a todo tipo de “minúcias”, até o fato de que as eleições são “indiretas” (na Constituição soviética), mas não vê o fundo do problema. Não percebe a essência de classe do aparato estatal, da máquina de Estado. Na democracia burguesa, valendo-se de mil artimanhas – tanto mais engenhosas e eficazes quanto mais desenvolvida está a democracia “pura” –, os capitalistas afastam o povo das tarefas de governo, da liberdade de reunião e de imprensa, etc. O poder soviético foi o primeiro do mundo (melhor dizendo, o segundo, uma vez que a Comuna de Paris iniciou a realizar o mesmo) em envolver o povo, em especial, os explorados, nas tarefas de governo. Inúmeros obstáculos impedem os trabalhadores de participarem no parlamento burguês (que nunca resolve as questões mais importantes sob a democracia burguesa; estas são resolvidas pela Bolsa e pelos bancos), e os operários sabem e sentem, veem e compreendem perfeitamente que o parlamento burguês é uma instituição alheia a eles, um instrumento de opressão dos proletários pela burguesia, uma instituição de uma classe hostil, da minoria exploradora.

Os Soviotes são a organização direta dos próprios trabalhadores e explorados, que os ajuda, de todas as formas possíveis, a organizar e governar seu próprio Estado. A vanguarda dos trabalhadores e dos explorados, o proletariado urbano, tem, nesse sentido, a vantagem de estar mais unido, graças às grandes empresas; a ele é mais fácil que a ninguém eleger e controlar os eleitos. A forma soviética de organização ajuda automaticamente a unir todos os trabalhadores e explorados, em torno à sua vanguarda, o proletariado. O velho aparato burguês, a burocracia, os privilégios da fortuna, da instrução burguesa, das relações sociais, etc. (privilégios reais que são tanto mais variados quanto mais desenvolvida está a democracia burguesa), tudo isso desaparece, sob a forma soviética de organização. A liberdade de imprensa deixa de ser uma hipocrisia, porque se expropriam da burguesia as imprensas e o papel. O mesmo ocorre com os melhores edifícios, palácios, palacetes e mansões dos latifundiários. O poder soviético arrancou dos exploradores, de um só golpe, milhares e milhares destes melhores edifícios, fez deste modo um milhão de vezes mais “democrático”, para o povo, o direito de reunião, direito sem o qual a democracia é um engano. As eleições indiretas dos soviotes nos locais facilitaram a realização de congressos soviéticos, permitiram que todo o aparato fosse menos custoso, mais ágil, mais acessível aos operários e camponeses, num período em que a vida ferve, e é necessário poder atuar com especial rapidez, para revogar o seu deputado local ou enviá-lo ao congresso geral dos soviotes.

A democracia proletária é um milhão de vezes mais democrática que qualquer democracia burguesa. O poder soviético é um milhão de vezes mais democrático que a mais democrática das repúblicas burguesas.

Para não notar isto, é preciso ser um servidor consciente da burguesia, ou um homem totalmente morto politicamente, cujas páginas poeirentas dos livros burgueses lhe impedem de ver a vida tal como é, estar totalmente impregnado de preconceitos democrático-burgueses, e, conseqüentemente, converter-se objetivamente um laço da burguesia.

Para não perceber isto, é preciso ser incapaz de expor o problema do ponto de vista das classes oprimidas:

Existe um só país no mundo, inclusive entre os países burgueses mais democráticos, onde o mais simples dos operários de base, o mais simples peões agrícolas de base, ou o semiproletário do campo em geral (isto é, os representantes das massas oprimidas, da imensa maioria da população) goze, ainda que seja aproximadamente, da liberdade de realizar suas reuniões nos melhores edifícios; da liberdade de dispor, para expressar suas ideias e defender seus interesses, das maiores imprensas e dos maiores volumes de papel; da liberdade de promover pessoas de sua classe ao governo e a “pôr em ordem” o Estado, como ocorre na Rússia soviética?

É ridículo pensar que o senhor Kautsky pudesse achar, em algum país, sequer um operário ou um peão agrícola bem-informado entre mil, que pudesse ter alguma dúvida quanto à resposta. Instintivamente, sem ouvir não mais do que admissões fragmentárias da verdade na imprensa burguesa, os operários de todo o mundo simpatizam com a república dos soviotes, precisamente porque a consideram uma democracia proletária, uma democracia para os pobres, e não uma democracia para os ricos, como na realidade é toda a democracia burguesa, inclusive a melhor.

No capitalismo, somos governados (e o Estado é “organizado”) por burocratas burgueses, parlamentares burgueses, juizes burgueses. Essa é uma verdade simples, evidente, indiscutível, conhecida por experiência própria, sentida e percebida diariamente, por milhões de pessoas das classes oprimidas, de todos os países burgueses, incluindo os mais democráticos.

Mas, na Rússia, o aparato burocrático foi completamente destruído, não ficou pedra sobre pedra: foram afastados todos os velhos juizes, o parlamento burguês foi dissolvido, e foi dada aos operários e camponeses uma representação muito mais acessível, seus soviotes substituíram os burocratas, ou seus soviotes controlam os burocratas, seus soviotes estão capacitados para eleger os juizes. Este simples fato basta, para que todas as classes oprimidas reconheçam que o poder soviético, isto é, a forma atual da ditadura do proletariado, é um milhão de vezes mais democrática que a mais democrática das repúblicas burguesas.

Kautsky não compreende esta verdade, tão clara e evidente para qualquer operário, porque “esqueceu”, “desacostumou-se” de perguntar: democracia para que classe? Raciocina do ponto de vista da democracia “pura” (isto é, sem classes? ou acima das classes?). Raciocina como Shylock: “uma libra de carne” e nada mais. Igualdade de todos os cidadãos; senão não há democracia.

Devemos perguntar ao douto Kautsky, ao “marxista” e “socialista” Kautsky:

pode haver igualdade entre os explorados e exploradores?

É monstruoso, é inacreditável que tenhamos de fazer esta pergunta, ao analisar um livro escrito pelo dirigente ideológico da II Internacional. Mas, quando se começa, há que acabar. Comecei a escrever sobre Kautsky e devo explicar a este erudito, porque não pode haver igualdade entre o explorador e o explorado.

(Extraído do livro “A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky, capítulo “Democracia Burguesa e Democracia Proletária”, Obras Completas, Lênin, tomo XXX, Akal Editor)